

REVISTA SANTA RITA



ISSN 1980 -1742
Ano 11 – Número 22 – Dezembro de 2016

Todos os direitos desta edição estão reservados

REVISTA SANTA RITA

Ano 11, Número 22, Dezembro de 2016
ISSN 1980-1742

FICHA TÉCNICA

Diretor Geral da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia	Anunciato Storópoli Neto
Diretora Acadêmica	Silvia Sassi Storópoli
Conselho Editorial	Gabriel Sassi Storópoli Francisca Gorete Bezerra Sepúlveda Helder de Jesus Dias Rafael Anunciato Neto
Corpo Editorial	Francisca Gorete Bezerra Sepúlveda Helder de Jesus Dias Paulo de Tarso Santini Tonon Rafael Anunciato Neto
Editor	Paulo de Tarso Santini Tonon
Capa	O David de Michelangelo (1504) - <i>Galleria dell'Accademia-Firenze, Itália.</i>
Editoração	Paulo de Tarso Santini Tonon



FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS SANTA RITA DE CÁSSIA

Unidade Jaçanã: Avenida Jaçanã, 648 – Jaçanã São Paulo – SP – CEP 02273 001

<http://www.santarita.br>
Telefone (11) 2241 0777

** permitida a livre reprodução e divulgação, desde que citada a fonte*

CAPA

A ARTE NOS ENSINA



O David de Michelangelo

David é uma das esculturas mais famosas de Michelangelo, que retrata o herói bíblico com realismo anatômico impressionante. É considerada uma das mais importantes obras do Renascimento. A escultura encontra-se em Firenze, na Itália, cidade que originalmente encomendou a obra.

Michelangelo levou três anos para concluir a escultura. Iniciou o trabalho em 1501 e a revelou em sete de setembro de 1504. Antes de Michelangelo receber a incumbência dessa obra, outros escultores, por razões diversas, haviam declinado de tal tarefa.

O bloco de mármore de carrara que ele usou, ficou exposto ao tempo por 25 anos no pátio da catedral de *Santa Maria dei Fiore*. Esse bloco foi rejeitado por grandes mestres como Agostino di Duccio, Baccelino e Roselino.

Michelangelo é considerado nesta obra uma espécie de inovador, pois retrata a personagem não após a batalha contra Golias, como Donatello e Verrochio antes dele o fizeram, mas sim no momento imediatamente anterior ao confronto, quando David está se preparando para enfrentar uma força que todos julgavam ser impossível de derrotar.

A obra permaneceu em frente ao *Palazzo Vecchio*, na *Piazza della Signoria*, até 1873, quando foi transferida para a *Galleria dell'Accademia*, em Firenze, onde pode ser admirada atualmente.

Fonte: Wikipédia – acessado em 12/12/2016.

Paulo de Tarso Santini Tonon

Não sei se fato ou fantasia, mas muitos relatos justificam a rejeição do imenso bloco de mármore no qual Davi foi esculpido, por parte de vários grandes escultores da época: além de enorme, o bloco teria um defeito em sua porção inferior. Michelangelo esculpiu as pernas de David ao redor de tal imperfeição. Ao longo de três anos, trabalhou sozinho e longe das vistas de todos. Até hoje, seu trabalho encanta e surpreende a todos os que têm a oportunidade de contemplá-lo.

Não apenas a habilidade de Michelangelo se evidencia nessa grande obra que, com a expressão e a vida própria que dela emanam, sobrevive há séculos ao seu criador.

Trabalhar com devoção, buscando os melhores resultados, independentemente das dificuldades e das aparentes imperfeições, é essencialmente o trabalho do professor. Através dos cinzeiros – não apenas do conhecimento, mas principalmente do acolhimento e da entrega, temos, como professores, a oportunidade de descortinar em meio à pedra bruta de nossos alunos, seu potencial para o aprendizado e para a descoberta do conhecimento.

Para tanto, não nos basta realizar a mera transmissão de informações aos alunos, mas se fazem necessários o estímulo para o pensamento, o convite à reflexão, o incentivo à crítica pertinente e a construção conjunta de sua autonomia intelectual e pessoal.

Tal missão exige o dever de ser compartilhada em responsabilidade e objetivos pelas instituições de ensino que intermediam a relação professor-aluno, por meio da valorização, respeito e dignidade que devem ser oferecidas, tanto ao seu corpo docente como ao discente. Dessa forma, esta ação se tornará ao longo do tempo, tão preciosa quanto tudo aquilo que Michelangelo e outros grandes artistas nos legaram.

Lembremo-nos de que foram a inteligência e a determinação de Davi que venceram a força bruta do gigante Golias – o que nos convida à reflexão sobre o poder da coragem e da delicadeza.

SUMÁRIO

ARTIGOS

1- ELEMENTOS PARA UMA TEORIA ECOSSOCIALISTA DA DEPENDÊNCIA <i>Antonio V. B. Mota Filho</i>	06
2 - A MÚSICA COMO FERRAMENTA E RECURSO NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Cristiane Bandeira - Paulo de Tarso Santini Tonon (orientador)</i>	16
3- UMA ABORDAGEM PSICOPROFILÁTICA NO TRABALHO COM ATORES <i>Paulo de Tarso Santini Tonon</i>	22
4- AVALIAÇÃO DA QUALIDADE HOSPITALAR E DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM CONFORME MODELO DONABEDIAN <i>Simone Carvalho Santana - Rafael Annunziato Neto (orientador)</i>	31
5- RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS: IMPACTO DA IFRS 9 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS SEGURADORAS NO BRASIL <i>Marcelo Barreto Crote</i>	37
NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO	47

APRESENTAÇÃO

A Revista Santa Rita é uma publicação eletrônica multidisciplinar da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia. Objetiva o desenvolvimento e a democratização do acesso ao conhecimento.

Não posso deixar de ressaltar o comprometimento dos professores, o empenho dos alunos e a preciosa participação de outros colaboradores do meio acadêmico, que têm sido de grande valor para que esta publicação alcance seu ideal.

O Professor Antonio Mota, doutorando da UNICAMP, apresenta nesta edição seu artigo sobre os aspectos ecossocialistas na configuração do estado da dependência econômica da América Latina.

Cristiane Bandeira, graduada em Pedagogia pela FCEA Santa Rita de Cássia e atualmente aluna do nosso curso de pós-graduação em Psicopedagogia, nos oferece seu trabalho – que tive a oportunidade de orientar, sobre o uso da Música na Educação Infantil.

Também participo deste número da Revista Santa Rita, com um trabalho sobre a abordagem psicoprofilática no trabalho com atores – escrito a partir de minha Dissertação de Mestrado, apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. José Eduardo Vendramini.

Simone Carvalho Santana – graduada em Enfermagem pela FCEA Santa Rita de Cássia e seu orientador, o Prof. Rafael Annunziato Neto – Coordenador do nosso curso de Pedagogia, publicam nesta edição um artigo sobre a avaliação da qualidade hospitalar e dos serviços de enfermagem.

Finalizamos este número da Revista com um artigo do Prof. Marcelo Barreto Crote, coordenador dos Cursos da Área de Gerenciais, sobre o impacto da IFSR-9 nas demonstrações financeiras.

Boa leitura e até a próxima edição!

O Editor

ELEMENTOS PARA UMA TEORIA ECOSOCIALISTA DA DEPENDÊNCIA

Antonio Vogaciano Barbosa Mota Filho

Economista, Mestre em História Econômica pela USP e Doutorando em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP

RESUMO

O avanço do neoliberalismo na América Latina representou um período de grande reorganização das sociedades da região. Suas economias passaram um processo de desnacionalização e de inserção na economia mundial como plataforma de valorização financeira, bem como por contrarreformas que minavam direitos trabalhistas e sociais. Os resultados do programa neoliberal foram: seguidas crises financeiras; ataques à soberania nacional dos países da região e agravamento da questão social com o aumento do desemprego, subemprego e outras formas precarizadas de ocupação. A partir do fim da década de 1990, os movimentos sociais e diferentes forças populares conseguem eleger governos de centro-esquerda, que se colocavam como contraponto às políticas neoliberais. A primeira década do século XXI é marcada pela eleição desses governos e pela tentativa de retomar elementos do programa econômico “desenvolvimentista” que havia entrado em crise nos anos 1980, inaugurando o chamado “neodesenvolvimentismo”. No entanto, já nos primeiros anos da década de 2010 esses governos mostram seus limites, bem como o “neodesenvolvimentismo”. Nosso trabalho tem como objetivo analisar os limites e contradições dessa política econômica desenvolvida tomando por base duas referências: a teoria marxista da dependência (TMD) e o ecossocialismo. Dessa maneira apontamos que as diferentes propostas de “crescimento”/“desenvolvimento” econômico não levam em consideração as especificidades históricas do capitalismo na região e, dessa forma, acabam por aprofundar a dependência e a destruição da natureza. Diante da atual estrutura do capitalismo, marcado pela dominância da finança, e da grave crise ecológica, concluímos nosso trabalho afirmando a urgência da esquerda superar o paradigma produtivista e extrativista. O trabalho está organizado em cinco seções: uma pequena introdução; a teoria da dependência e o “desenvolvimentismo”; o ecossocialismo e a crítica ao “progresso”; os limites do “neodesenvolvimentismo” e a conclusão.

Palavras-chave: *Teoria da Dependência; Ecossocialismo; Desenvolvimentismo; Neodesenvolvimentismo.*

1. INTRODUÇÃO

A América Latina passa por um período que se apresenta como o início de uma ampla ofensiva do grande capital contra a classe trabalhadora. Isso põe em evidência a forma particular pela qual a economia e política se entrelaçam no capitalismo dependente e como o contexto de crise econômica abre espaço para uma ampla reestruturação do funcionamento das economias da região. Novamente as violentas contradições do capitalismo dependente emergem sob a forma de rupturas políticas, o que aponta a atualidade da análise de Florestan Fernandes sobre a estrutura política brasileira que seria uma “autocracia burguesa”, e a execução de políticas econômicas que fortalecem a hegemonia do capital financeiro e a inserção internacional da região como uma plataforma de valorização financeira.

O avanço de governos social-liberais a partir de fins do século XX e início do século XXI não nos

pode fazer pensar que os condicionantes mais profundos do capitalismo dependente houvessem sido desmontados. Tanto do ponto de vista econômico quanto político esses condicionantes seguiram operando e se aprofundando. Do ponto de vista econômico, um exemplo é o extrativismo, algo que remonta à própria colonização da região e que originou um “neoextrativismo”, “*uma inserção internacional subordinada e funcional á globalização*” (GUDYNAS, 2009, pág. 221). Do ponto de vista político, aprofundou-se a legislação de exceção (no Brasil, isso ficou evidente com a Lei Geral da Copa e das Olimpíadas, bem como a Lei de Terrorismo) e a militarização das polícias e das próprias sociedades.

O fato é que os governos social-liberais encarnaram, para o contexto regional, aquilo que Meszaros chamou de *linha de menor resistência*, ou seja, tentaram gerir os conflitos e contradições do capitalismo (dependente) a partir de expedientes parlamentares, jurídicos e

institucionais. Não trataram de realizar profundas reformas estruturas anticapitalistas que pudessem fortalecer o poder popular e apontassem para a revolução socialista. Pelo contrário, com essas medidas, esses governos agiram fortemente para moderar a ação da classe trabalhadora e cooptá-la. A questão central que essa linha de menor resistência é efêmera e, tão pronto haja espaço, a burguesia age para retomar o terreno que porventura possa ter perdido para a classe trabalhadora. Com isso, esses governos acabaram por pavimentar o caminho sobre o qual marchariam os movimentos conservadores.

Se adicionarmos a esse cenário a questão ecológica, podemos notar a gravidade da crise pela qual a região passa. O “neoextrativismo” conjugado ao “neodesenvolvimentismo” geraram grandes impactos ao meio ambiente com a expansão do agronegócio, as grandes obras de infraestrutura e os auxílios fiscais dados à indústria automobilística, cujas consequências logo foram notadas nas grandes cidades.

Esses elementos são indicativos de que os diferentes projetos econômicos e políticos que baseados na busca do desenvolvimento econômico capitalista não representam uma alternativa progressista para a região. As transformações econômicas e sociais engendradas pelo desenvolvimentismo, neoliberalismo ou neodesenvolvimentismo geraram um conjunto de novas contradições econômicas e sociais que não romperam com a dependência econômica da região. Pode-se afirmar que essas transformações econômicas atualizaram a dependência e tornaram-na mais complexa.

Nosso trabalho tem como objetivo articular elementos da Teoria Marxista da Dependência, formuladas principalmente entre os anos 1960 e 1970 em resposta à crise do desenvolvimentismo, com o ecossocialismo de forma a apontar os limites do neodesenvolvimentismo. Além dessa pequena introdução, o trabalho está organizado em mais quatro seções: a teoria da dependência e o “desenvolvimentismo”; o ecossocialismo e a crítica ao “progresso”; os limites do “neodesenvolvimentismo” e a conclusão.

2. A teoria marxista da dependência (TMD) e o “desenvolvimentismo”

O pensamento social latino-americano esteve diretamente ligado a aspectos nacionais dos países da região e só em 1949 que surgiria uma corrente de pensamento estruturada que buscou compreender a situação regional de forma articulada: o estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

A CEPAL cumpriu um papel relevante para a região, pois forneceu um fundamento teórico que justificava as políticas de industrialização que alguns governos da região tiveram que improvisar como resposta à crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial. De acordo com Bielschowsky:

As mensagens eram inovadoras, e o campo para sua divulgação era fértil. No plano da conveniência histórica, a ideologia cepalina caía como uma luva nos projetos políticos de vários governos continentais. No plano analítico, a mensagem geral estava plenamente sintonizada com o coração da nova “teoria do desenvolvimento”: os países subdesenvolvidos mereciam uma formulação teórica independente ou pelo menos adaptada, porque em aspectos relevantes funcionavam de forma diferente dos desenvolvidos (BIELSCHOWSKY, 2000, pág. 25).

Essa “safra inaugural” se inicia com o famoso “Manifesto latino-americano”, o “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, escrito pelo economista argentino Raul Prebisch em 1949.

Nesse texto, é formulada a famosa tese da “deterioração dos termos de troca”¹ que seria uma peça central na interpretação cepalina acerca da especificidade do desenvolvimento “periférico”, em oposição ao desenvolvimento “cêntrico”². O argumento central cepalino estava baseado na consideração de que o “progresso técnico” não se distribuía uniformemente entre os países. A tese da deterioração era uma dura crítica à teoria ricardiana das vantagens comparativas. A solução proposta é uma ampla industrialização das economias latino-americanas, realizada sob planejamento econômico. Prebisch não ignorava o problema da debilidade de poupança interna dos países latino-americanos, mas propunha que os capitais externos poderiam complementar a poupança doméstica no financiamento da industrialização.

A própria CEPAL assumia que o processo de industrialização não seria um processo simples. Na realidade, havia a percepção de que à medida que a industrialização avançasse, as crises de balanço de pagamentos poderiam se aprofundar, pois aumentaria a demanda por produtos mais intensos em capital e, portanto, mais caros. O chamado “estrangulamento do balanço de pagamentos” também era um elemento importante para compreender a inflação dos

¹ Os termos de troca são a razão entre o valor das exportações e o valor das importações.

² “Prebisch já utilizava a expressão ‘países periféricos’ bem antes de ingressar na CEPAL. A categoria servia-lhe até então para salientar a vulnerabilidade latino-americana aos ciclos econômicos, resultando em processo inflacionários com um forte componente exógeno e tendências a contrações cíclicas internas que, politicamente, potencializavam soluções macroeconômicas pouco recomendáveis” (BIELSCHOWSKY, 2000, pág. 27).

países latino-americanos. Uma vez que a industrialização diminuía no curto prazo a capacidade de importação, os bens importados se tornavam mais caros. Dado que eles eram insumos essenciais em diversas indústrias, o aumento dos preços se difundia por toda a economia.

Ao final da década de 1950 o rápido crescimento pelo qual passaram alguns países da região logo se torna uma aguda crise econômica que exigiria uma revisão do próprio pensamento cepalino. Bielschowsky aponta três elementos que marcariam essa crise da primeira safra de ideias da CEPAL: os desequilíbrios macroeconômicos, principalmente o aumento da inflação e uma menor capacidade de importação; a crescente urbanização que acabou gerando empobrecimento e “favelização” e, por fim, a Revolução Cubana de 1959 que teria grande repercussão sobre a atitude norte-americana frente às movimentações populares da região (BIELSCHOWSKY, 2000, pág. 37).

Se, por um lado, a década de 1950 representou o auge das ideias originais da CEPAL, por outro também marcou seu declínio. O desenvolvimento não havia promovido a superação do subdesenvolvimento. É no contexto da crise do desenvolvimentismo que foi surge a teoria marxista da dependência, uma das principais contribuições teóricas da América Latina para o marxismo. Destacaram-se na formulação desse novo ramo teórico autores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambira, Jaime Osório, Adrián Sotelo Valencia dentre outros (as).

A TMD representou uma ruptura teórica com as teorias do desenvolvimento econômico, particularmente o estruturalismo cepalino. É possível localizar o desenvolvimento dessa teoria dentro do fio teórico que se inicia nas teorias do imperialismo, particularmente a de Rosa Luxemburgo e Lênin, na teoria do desenvolvimento desigual e combinado. No entanto, não podemos reduzir a TMD a um ramo dessas teorias. Trata-se de uma teoria que rompeu a interpretação eurocêntrica do marxismo que predominava entre os partidos comunistas da região. Logo, era uma teoria que, implicitamente, trazia a proposta de marxismo aberto, compreendido como em permanente elaboração teórica e prática. Essa proposta de transcender os rígidos cânones do marxismo-leninismo muito irritou – e segue irritando – a intelectuais e militantes que imaginam o marxismo como um projeto acabado e que consideram que toda a verdade está contida nos escritos de Marx, Lênin ou Trotsky. Como afirma Osório:

As categorias e as relações daquela obra [*O Capital*] constituem o ponto e partida para analisar a organização das unidades de análise menos abstratas (ou mais concretas), *mas não as esgotam*. Daí a necessidade de novas categorias para abordar a análise do sistema capitalista mundial, os padrões da reprodução de capital, as formações econômico-sociais e a conjuntura (OSÓRIO, 2012, pág. 171).

A nosso ver, o marco inicial da teoria marxista da dependência é o artigo seminal de André Gunder Frank de 1966, *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*, em que o autor levanta duras críticas tanto às teses dos partidos comunistas da região (particularmente a dos “resquícios feudais”) e ao estruturalismo cepalino. Em termos de contribuição teórica, Frank propõe nesse trabalho um modelo teórico em que o mundo estaria dividido em metrópoles e satélites. De acordo com Martins:

O modelo de Frank se desenvolve por um sistema complexo de relações no qual as nações são constituídas por metrópoles internas que sugam os excedentes de seus satélites, mas que podem estar submetidas a metrópoles exteriores que as descapitalizam, como é o caso das nações latino-americanas (MARTINS, 2011, pág. 238).

Numa extremidade do modelo de Frank está a metrópole mundial que recebe excedente econômico de todos os satélites e na outra diversos países que, teoricamente, remeteriam todo seu excedente econômico para fora. Entre essas duas extremidades teríamos uma situação *dual*: cada região funciona tanto como metrópole, quando recebe excedente econômico oriundo de algum satélite, quanto satélite ao remeter excedente remete para uma metrópole superior.

Com isso, o modelo de Frank nos permite compreender a luta encarniçada que se dá no plano internacional por quanto de excedente permanecerá naquela região e quanto será remetido para fora. Não se trata exclusivamente de uma função exclusiva de “desenvolvimento econômico”, mas de uma disputa de mais-valia em que economia e política são igualmente importantes³.

A definição mais conhecida de dependência foi feita por Theotônio dos Santos que a descreveu como uma “situação condicionante”. De acordo com o autor: “*La dependencia es una situación donde la economía de cierto grupo de países está condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía, a la cual se somete aquella*” (DOS SANTOS, 1973, pág. 42).

³ Como afirma Rosa Luxemburgo: “*a violência política é apenas o veículo do processo econômico*” (LUXEMBURGO, 1985, pág. 309)

Para Theotônio, essa “situação condicionante” é aquela que determina os limites e possibilidades de ação e comportamento da sociedade. No entanto, esses limites não seriam rígidos ou idênticos para cada sociedade: características específicas das sociedades (estrutura de classes, organização política das classes, aspectos culturais, etc.) também são relevantes. Isso leva o autor a afirmar que a situação de dependência pode se alterar se se alteram as estruturas hegemônicas e as próprias estruturas dependentes. Essas mudanças poderiam ou reorientar a situação de dependência ou rompê-la.

A essas considerações, o autor acrescenta uma segunda consideração fundamental para a TMD: “*la dependencia condiciona cierta estructura interna que la redefine en función de las posibilidades estructurales de las diferentes economías nacionales*” (DOS SANTOS, 1973, pág. 44). Essa observação é fundamental para desfazer um dos grandes mal-entendidos acerca da teoria da dependência de que supostamente a dependência seria um elemento exógeno, ou seja, imposto unilateralmente de fora para dentro pelo tacão de ferro do imperialismo.

Na realidade, essa perspectiva está mais próxima da análise cepalina. A superação do “subdesenvolvimento” envolveria alterar o modelo de desenvolvimento “para fora”, *hacia afuera*, em que os centros de decisão eram os países centrais e a região produzia bens primários para exportação, por um modelo de desenvolvimento “para dentro”, *hacia adentro*, em que os centros de decisão deveriam ser internalizados e o mercado interno deveria ser o mais relevante. O corolário dessa proposta é que deveria haver um amplo plano de desenvolvimento assentado na industrialização para realizar essa transição do *hacia afuera* para o *hacia adentro*.

Por fim, é importante compreendermos que elementos marcariam o núcleo central da TMD. Ou seja, quais são os pressupostos que embasam a formulação da teoria e quais as categorias propostas pela TMD. O sociólogo chileno Jaime Osório elenca quatro pontos que teriam sido os marcos fundadores da teoria da dependência:

- O capitalismo latino-americano é um capitalismo específico e em seu desenvolvimento segue uma legalidade que não é a do capitalismo chamado industrial ou desenvolvido;
- O subdesenvolvimento e os desequilíbrios das sociedades latino-americanas são uma resultante da expansão mundial do capitalismo e da reprodução deste em seu interior;

- O atraso e os desequilíbrios da formação latino-americana são, portanto, o resultado de um capitalismo sui generis e não simplesmente um produto de uma insuficiência capitalista;
- Por isso, mais do que alcançar as metas e os níveis das economias industriais, percorre-se um caminho diverso de aprofundamento do subdesenvolvimento, com suas manifestações de opulência e modernizações sobre um mar de miséria e atraso (OSÓRIO, 2016, pág. 114)

A partir dos anos 1980, a TMD passa a sofrer duras críticas. Nesse momento ganhava força o neoliberalismo e o capitalismo passava por uma grande reestruturação produtiva impulsionada pela difusão da tecnologia da informação e pelo fortalecimento da finança. A América Latina sofreu de forma direta os impactos desse período: com a crise da dívida, iniciada em 1982, os países da região tiveram de submeter suas políticas econômicas às diretrizes de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Dessa forma, a região inicia um longo período de deterioração das suas condições sociais e econômicas que se aprofundaria ainda mais na década de 1990 com o avanço do neoliberalismo e seu programa de privatizações e contrarreformas sociais.

Por um lado, os acontecimentos que se seguem à década de 1980 reafirmam a atualidade da TMD, uma vez que o neoliberalismo exacerba: “*a tendência à exclusão social crescente, como resultado do aumento da concentração econômica e da desigualdade social*” (DOS SANTOS, 2015, pág. 37). Por outro, o capitalismo que surge das transformações iniciadas a partir de fins dos anos 1970 é significativamente diverso daquele que a TMD analisara durante os anos 1960 e 1970. Isso exige uma reformulação da própria TMD que deve incorporar novos temas que surgem nesse novo período do capitalismo. Um desses temas é a questão ecológica. De acordo com Löwy:

Todos os faróis estão no vermelho: é evidente que a corrida louca atrás do lucro, a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista/industrial nos leva a um desastre ecológico de proporções incalculáveis. Não se trata de ceder ao “catastrofismo” constatar que a dinâmica do “crescimento” infinito induzido pela expansão capitalista ameaça destruir os fundamentos naturais da vida humana no Planeta (LÖWY, 2014, pág. 40)

Essa perspectiva ecológica não foi desenvolvida pela TMD em seus escritos originais. Pelo contrário, não é difícil percebermos nos seus escritos iniciais uma compreensão do socialismo “*como a única alternativa efetiva para o desenvolvimento sem limites das forças*

produtivas” (BAMBIRRA, 2013, pág. 151). Esse tipo de formulação é nitidamente marcada por certo “produtivismo” que marcou o marxismo do período. Se por um lado, é possível notar certos elementos “produtivistas” que ignoram a questão ecológica, por outro não podemos desprezar a dura crítica desenvolvida pelos “dependentistas” sobre o modo específico que o desenvolvimento econômico capitalista ocorre nos países dependentes. Aí nota-se a diferença dos dependentistas com a CEPAL e, de alguma forma, com os Partidos Comunistas da região que buscavam impulsionar o desenvolvimento planejado do capitalismo como forma de superar o subdesenvolvimento. Na próxima seção veremos como o marxismo se incorporou das questões ecológicas com a proposta do *ecossocialismo*.

3. O ecossocialismo e a crítica ao “progresso”

Por muito tempo, parte expressiva do marxismo manteve uma leitura economicista acerca do desenvolvimento dos modos de produção. Essa leitura esteve intimamente ligada com alguns escritos de Marx e Engels, particularmente o Prefácio de 1859, em que o autor afirma que uma revolução social se abre quando: *“Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes”* (MARX, 2008, pág. 47). Portanto, bastaria garantir que as forças produtivas se desenvolvessem para que houvesse uma revolução socialista.

Dentro dessa visão, a natureza é vista puramente como uma fonte de matérias-primas para a produção. Logo, esse economicismo ignora a destruição ecológica e humana gerada pelo desenvolvimento do capitalismo. Desde o começo do século XX essa visão otimista sobre o desenvolvimento do capitalismo foi criticada por autores como Walter Benjamin em cujas teses *sobre o conceito de história* anuncia o progresso como uma força destruidora⁴. A história do desenvolvimento do capitalismo parece apontar

⁴ Benjamin faz essa afirmação na Tese IX: *“Existe um quadro de Klee intitulado ‘Angelus Novus’. Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o seu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade”* (BENJAMIN, 2012, pág. 87).

para essa estreita relação entre o “desenvolvimento das forças produtivas” e o desenvolvimento da barbárie. É a partir dessa perspectiva que é possível formularmos uma possível convergência entre socialismo e ecologia:

O socialismo e a ecologia – ou pelo menos algumas de suas correntes – têm objetivos comuns, que implicam questionar a autonomização da economia, do reino da quantificação, da produção como um objetivo em si mesmo, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens de rentabilidade e às necessidades da acumulação do capital. Ambos pedem valores qualitativos: o valor de uso, a satisfação das necessidades, a igualdade social para uns, a preservação da natureza, o equilíbrio ecológico para outros (LÖWY, 2014, pág. 40).

O corolário do ecossocialismo é que somente a revolução socialista pode garantir o equilíbrio ecológico. Logo as propostas de um “capitalismo verde” fundadas em abordagens microeconômicas que visam eliminar as chamadas “externalidades” da produção por meio da ação do mercado não são uma alternativa, uma vez que não eliminam a causa central da questão ecológica que é a própria reprodução do capitalismo. Logo, podemos definir o ecossocialismo como *“uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo – ao mesmo tempo que o livra das suas escórias produtivistas”* (LÖWY, 2014, pág. 44).

O ecossocialismo parte da constatação de que a corrida pelo “progresso” e pelo “desenvolvimento” é uma corrida que tem como destino a destruição da própria humanidade. A produção capitalista não visa o atendimento das necessidades da maioria da população, mas a geração de mais-valia. Com isso, é compreensível que a produção de mercadorias deprede recursos naturais, difundindo a obsolescência programada e gerando consumo ostentatório (LÖWY, 2014, pág. 46).

Para Löwy, a transformação da economia capitalista numa economia ecossocialista estaria baseada numa racionalidade exterior à racionalidade mercantil. Logo, essa transição do modo de produção colocaria as necessidades reais da população e a preservação do meio ambiente como objetivos principais. Logo, para Löwy, a planificação econômica é peça central na transição para o ecossocialismo. Já não se trata de uma planificação burocrática ou *“um politburo onisciente”*:

Em outras palavras, um planejamento democrático local, nacional, e, cedo ou tarde, internacional, que defina: 1) quais produtos deverão ser subvencionados ou até mesmo distribuídos gratuitamente; 2) quais opções energéticas

deverão ser seguidas, ainda que não sejam, num primeiro momento, as mais “rentáveis”; 3) como reorganizar o sistema de transportes, em função de critérios sociais e ecológicos; 4) quais medidas tomar para reparar, o mais rápido possível, os gigantescos estragos do meio ambiente deixados “como herança” pelo capitalismo (LÖWY, 2014, pág. 48).

Uma condição necessária para garantir esse planejamento ecossocialista seria o pleno emprego equitativo. O pleno emprego equitativo asseguraria o apoio da classe trabalhadora, que estaria fortalecida para impulsionar suas demandas. Junto a essa condição podemos adicionar outra: o controle público dos meios de produção (LÖWY, 2014, pág. 77). O planejamento não significaria uma ausência de conflitos, particularmente aqueles envolvendo a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas em países mais pobres, no entanto: *“cabe à democracia socialista, liberta dos imperativos do capital e do ‘mercado’, resolver essas contradições”* (LÖWY, 2014, pág. 53).

Podemos notar que o ecossocialismo representa uma ruptura ampla com o modo de produção capitalista e que se propõe a construir uma nova sociedade em que economia, a cultura e a política estejam comprometidas com a predominância do “ser” sobre o “ter” e, portanto, com a plena *“realização pessoal, pelas atividades culturais, lúdicas, eróticas, esportivas, artísticas, políticas, em vez do desejo de acumulação ao infinito de bens e produtos”* (LÖWY, 2014, pág. 53). Löwy aponta a construção do ecossocialismo se inicia com a luta por reforma ecossociais que podem abrir um processo de transição revolucionário. Dentre elas, o autor cita: a promoção de transporte público barato ou gratuito; a luta contra as políticas de austeridade e o sistema da dívida; defesa da saúde pública e a redução da jornada de trabalho (LÖWY, 2014, pág. 55).

Cabe ressaltar que as regiões onde a luta pelo ecossocialismo têm se intensificado são aquelas marcadas pela dependência econômica. Nesses países, a luta anti-imperialista contra a exploração econômica desenvolvida por transnacionais confunde-se com a própria luta pelo meio ambiente: uma reforma agrária que acabe com o cultivo de transgênicos e a utilização de pesticidas; a luta contra a privatização da água e a luta contra indústrias poluentes. Essas lutas combinam-se com a defesa de um modelo de gestão comunal dos recursos naturais.

Está implícito que esses movimentos não se opõem às melhorias trazidas pelo progresso tecnológico: pelo contrário, a demanda de eletricidade, água corrente, canalização dos esgotos, e multiplicação aos ambulatórios médicos ocupa um lugar de destaque na sua plataforma de reivindicações. O que eles recusam é a poluição e a destruição do seu meio natural em nome das “leis de mercado” e

dos imperativos da “expansão” capitalista (LÖWY, 2014, pág. 57).

Logo o ecossocialismo revela-se como uma antípoda aos projetos neoextrativistas e neodesenvolvimentistas que recentemente têm sido implementados na América Latina por governos “progressistas”.

4. Os limites do “neodesenvolvimentismo”

As seguidas financeiras geradas pelas políticas econômicas neoliberais implementadas na América Latina a partir da década de 1980 diminuíram ainda mais a soberania dos Estados-nação da região e geraram altos níveis de desemprego, pobreza e concentração de renda. Aos poucos os diferentes movimentos sociais e populares juntos com partidos políticos de esquerda conseguiram organizar a resistência política ao neoliberalismo e eleger governos “progressistas”. De acordo com Castelo:

Desde o final da década de 1990, a América Latina vivencia uma guinada política à esquerda, capitaneada pelos movimentos populares. Diversos governantes alinhados ao Consenso de Washington foram derrubados pela mobilização das classes subalternas, e lideranças políticas e sociais com posições antineoliberais foram democraticamente eleitas com maciço apoio popular (CASTELO, 2010, pág. 23).

Em sua análise, Castelo propõe a seguinte tipologia de governos “progressistas”: o social-liberalismo, o socialismo do século XXI e o novo-desenvolvimentismo. O primeiro desses tipos, e o mais à direita, seria uma revitalização do neoliberalismo a que se somam políticas sociais mais amplas. Castelo aponta influência teórica de Anthony Giddens com sua Terceira Via, Alain Tourraine com a Via 2 ½ e ainda Amartya Sen com a ideia de Desenvolvimento Humano. Na região, seria o caso do Brasil e Chile (CASTELO, 2010, pág. 24).

Os governos mais à esquerda seriam aqueles que defendem o “socialismo no século XXI”, que busca consolidar o rompimento a dominação imperialista e as relações capitalistas. O principal exemplo é a Venezuela a partir o governo de Hugo Chavez, eleito em 1998 (CASTELO, 2010, pág. 24).

Nessa seção iremos nos deter no novo-desenvolvimentismo, que também chamaremos de neodesenvolvimentismo. Suas posições são centristas e, para Castelo, já não lembra em quase nada o desenvolvimentismo dos anos 1950-1980 (CASTELO, 2010, pág. 23). Katz aponta cinco elementos que poderiam defini-lo: maior intervenção estatal; a política econômica passa a ser um instrumento de promoção do crescimento; busca-se retomar a industrialização para

multiplicar o emprego urbano; promoção do aumento da inovação tecnológica e, por fim, tentativa de impulsionar as exportações, a exemplo dos países do Sudeste Asiático (KATZ, 2016, pág. 160-161).

Um elemento que distingue notoriamente o “desenvolvimentismo” do “neodesenvolvimentismo” é o caráter político ainda mais moderado deste. Enquanto aquele propunha algumas reformas amplas como a agrária, tributária e administrativa do Estado, o neodesenvolvimentismo concentra suas formulações acerca do manejo da política econômica, particularmente, a definição de níveis ótimos da taxa de câmbio e juros da economia. Ainda que os teóricos neodesenvolvimentistas proponham uma maior intervenção do Estado na definição dessas variáveis macroeconômicas, não podemos exagerar suas diferenças quanto aos teóricos do neoliberalismo. De acordo com Katz:

“O que está sempre em jogo é o tipo de intervenção estatal predominante em cada período e não a existência ou intensidade dessa presença” (KATZ, 2016, pág. 164).

Os neodesenvolvimentistas postulam uma adaptação pragmática às exigências da conjuntura e, por isso, incorporam fórmulas que contêm múltiplos elementos, sem definir nítidas primazias. Costumam reivindicar o fortalecimento do mercado e do Estado, o fortalecimento da centralização e a descentralização, a potencializar o público e o privado e a desenvolver políticas austeras e ativas.

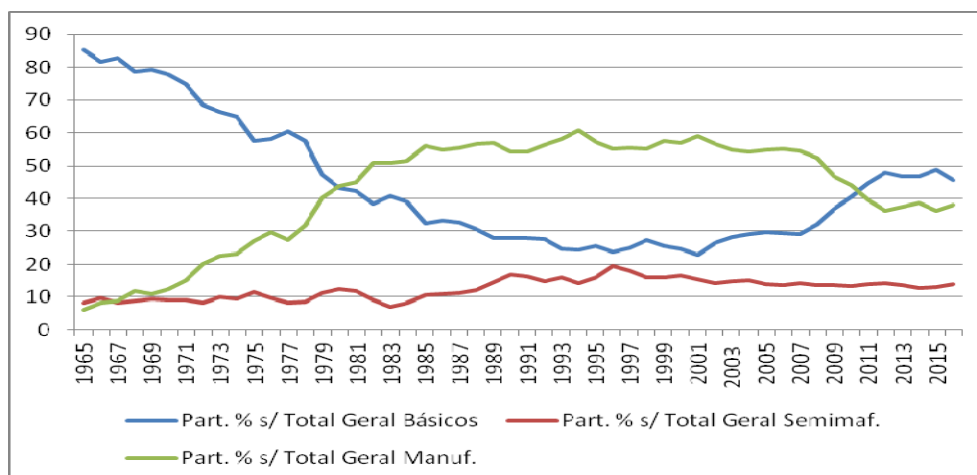
Mas esta variedade de orientações não abandona nunca o princípio de favorecer aos grandes grupos capitalistas. A prioridade atribuída à taxa de câmbio competitivo com baixa inflação e reduzido déficit fiscal ilustra o apoio aos poderosos. Nesse modelo, os custos do estímulo exportado são financiados pelos trabalhadores através de desvalorizações, restrições aos gastos sociais ou arrocho dos salários (KATZ, 2016, pág. 165).

Quanto ao caso específico do Brasil, podemos apontar que ao fim do mandato de Lula e no mandato de Dilma Rousseff desenvolveu-se um ensaio neodesenvolvimentista parcial. Esse não chegou a assumir as proporções tomadas na Argentina durante os governos de Nestor e Cristina Kirchner, mas representou uma mudança em relação ao início do governo Lula.

No entanto, o ensaio neodesenvolvimentista tinha bases frágeis. Primeiramente, ampliou a vulnerabilidade externa da economia com a reprimarização das exportações (CARCANHOLO, 2010, pág. 125). Isso fica evidente quando analisamos a composição das exportações brasileiras por fator agregado (produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados).

No ano de 2010, pela primeira vez desde 1979, o país exportava mais produtos básicos que produtos manufaturados. Aqui encontra-se uma das principais contradições do neodesenvolvimentismo, particularmente quando analisamos o impacto ecológico gerado pelo fortalecimento do agronegócio e da mineração.

GRÁFICO 01 – Exportações brasileiras por fator agregado (%)

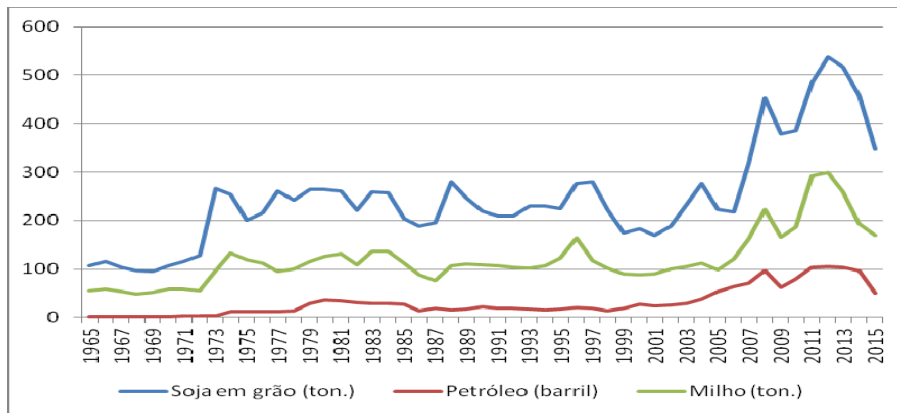


Fonte: MDIC

O neodesenvolvimentismo foi montado enquanto a cotação internacional das *commodities* estava subindo, devido à crescente demanda chinesa. No Gráfico 02, podemos notar que a partir dos anos 2000 a cotação das *commodities* inicia uma longa ascensão que dura até a crise de 2008. A cotação desses produtos cai um pouco em 2009, mas já torna a crescer em 2010 e atinge um pico por volta de 2012.

A partir desse momento, os preços das *commodities* caem rapidamente. Isso gera grande impacto nas contas externas brasileiras.

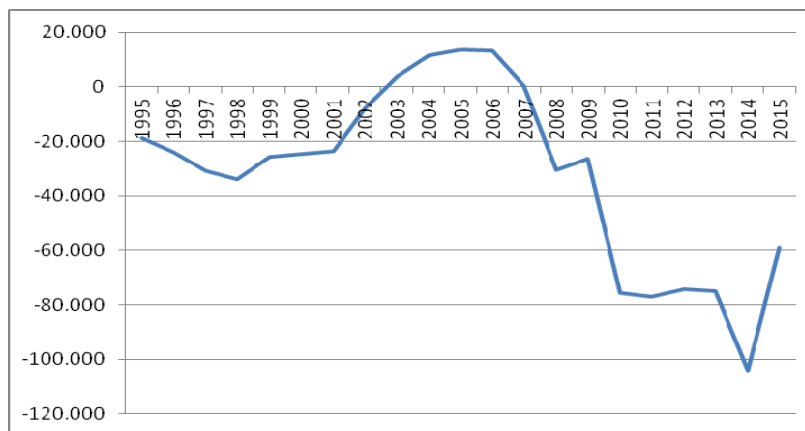
GRÁFICO 02 – Cotação internacional de *commodities* selecionadas (1965-2015)



Fonte: FMI

No Gráfico 03, podemos acompanhar a evolução recente do saldo de transações correntes brasileiras. Durante o “boom” das *commodities* o país apresentou saldos positivos de transações correntes. No entanto, já a partir de 2007 a tendência se inverte e o país passa a ter seguidos déficits de transações correntes. Esses déficits seguem se aprofundando até 2014 quando se inicia um período de ajuste macroeconômico contracionista que resulta numa desvalorização cambial e numa diminuição do desequilíbrio das transações correntes.

GRÁFICO 03 – Saldo de Transações Correntes (US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil

Logo, podemos notar que o período de rápida expansão econômica gestava em si contradições que gerariam a atual crise econômica e política. O período de crescimento econômico recente teve como resultado o aprofundamento da dependência econômica e sua combinação com atividades econômicas ainda mais ecologicamente destrutivas como neoextrativismo e o agronegócio. De acordo com Svampa, uma consequência direta dessa perversa combinação é “a explosão de conflitos socioambientais, visíveis na potencialização das lutas ancestrais pela terra por parte dos

movimentos indígenas e camponeses” (SVAMPA, 2016, pág. 143).

Em termos geopolíticos, a opção extrativista que se busca implementar na região latino-americana, do México à Argentina, responde a uma nova divisão territorial e global do trabalho, baseada na apropriação irresponsável dos recursos naturais não renováveis, o que deu lugar a novas assimetrias econômicas, políticas e ambientais entre o Norte e o Sul geopolíticos (SVAMPA, 2016, pág. 142).

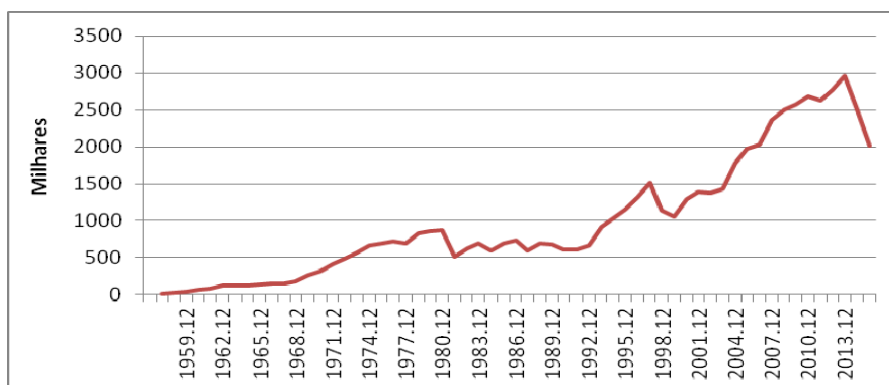
Não podemos deixar de ressaltar o papel central que a ação do Estado teve na configuração do neodesenvolvimentismo. Assistiu-se a um maior ativismo econômico por parte do Estado, sem que isso rompesse a lógica do planejamento econômico burocrático, da superexploração da força de trabalho ou do aprofundamento da dependência. Logo, a maior intervenção estatal não necessariamente esteve ligada à construção de formas populares de poder. Pelo contrário, em diversos países houve um recrudescimento das legislações de exceção e da militarização das sociedades (VAINER, 2013; SILVA, 2015).

Outro aspecto que foi marcante na experiência neodesenvolvimentista brasileira foi o impulso dado ao consumo das famílias por meio da expansão de crédito, isenções fiscais e da política de valorização do salário mínimo. Um setor particularmente beneficiado com o neodesenvolvimentismo foi a indústria automobilística que teve reduzida a alíquota do

Imposto sobre Produtos Industrializados sobre carros populares, como forma de impulsionar seu consumo. Para os formuladores da política econômica, os impactos diretos de uma frota maior de carros na dinâmica urbana brasileira eram menores frente a necessidade de manter a economia funcionando.

Tendo no consumo um de seus pilares, o neodesenvolvimentismo concentrou-se em medidas de política econômica e não avançou no avanço de direitos sociais e na realização de reformas anticapitalistas. Se por um lado é evidente que parte expressiva da população brasileira carece de acesso a bens e serviços e seu acesso deve ser parte de um programa de política de esquerda, por outro, *“os ganhos materiais conquistados [com a mercantilização] levam água para o moinho do estilo individualista de ascensão social”* (SINGER, 2012, pág. 119).

GRÁFICO 04 – Produção anual de carros



Fonte: Elaboração própria com dados da ANFAVEA

Aqui pode-se notar uma convergência entre as análises da teoria da dependência e o ecossocialismo. Da primeira, podemos perceber uma crítica à ideologia de que o aumento do desenvolvimento capitalista seria o caminho para superar o subdesenvolvimento. A questão central para os dependentistas era que o desenvolvimento capitalista gera o próprio subdesenvolvimento e esse só poder ser superado por meio da própria superação do capitalismo. Para o ecossocialismo, o desenvolvimento capitalista põe em xeque a própria continuidade da humanidade no Planeta e somente uma revolução socialista pode garantir a preservação ecológica.

A crítica ao neodesenvolvimentismo deve necessariamente incorporar ambos elementos. Em primeiro lugar, o ciclo de crescimento neodesenvolvimentista acabou sendo mais um exemplo do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” que André Gunder Frank enunciara na década de 1960. Em segundo, o avanço de atividades econômicas ecologicamente

predatórias deixa visível que, dentro da nova divisão internacional do trabalho que se inicia com o neoliberalismo, o capitalismo dependente se reproduz potencializando a destruição ecológica.

O desastre ambiental ocorrido na cidade de Mariana em Minas Gerais em novembro de 2015, a construção de Belo Monte e de Angra 3 são exemplos da pouca relevância que as questões ecológicas possuíam dentro do neodesenvolvimentismo.

5. Conclusão

Ao longo desse trabalho buscamos levantar algumas evidências que, a nosso ver, aponta uma convergência entre as formulações da Teoria Marxista da Dependência e o ecossocialismo. Essa convergência faz-se nítida na crítica ao neodesenvolvimentismo.

Ainda que seja o objeto central de estudo do nosso trabalho, não poderíamos nos furtar de

apontarmos alguns elementos quanto à conjuntura política e econômica atual da América Latina. O neodesenvolvimentismo teve vida curta e logo que o ritmo de crescimento das economias latino-americanas caiu, as pressões inflacionárias resultantes dos desequilíbrios macroeconômicos surgidos durante o período de expansão apareceram e o desequilíbrio das contas externas se agravou as medidas de “ajuste econômico” ganharam força.

O período que se inicia com a eleição de Macri na Argentina e o golpe institucional no Brasil apontam para um agravamento da questão ecológica, uma vez que a regulação ambiental, ainda que dilapidada pelos governos “progressistas”, é denunciada a abertamente como um entrave ao desenvolvimento capitalista. As contrarreformas sociais anunciadas

aprofundarão a dependência econômica da região, uma vez que forçarão a canalização de parcela ainda maior das receitas dos Estados para o sistema da dívida e diminuirão ainda mais o já diminuto espaço que os Estados possuíam para executar políticas públicas e sociais.

Dessa forma, nos parece que a esquerda deve buscar possíveis sínteses que possibilitem a ação conjunta e uma frente única contra as contrarreformas que se aproximam. Esses espaços de lutas cotidianas devem articular a resistência dos movimentos sociais com a construção de uma alternativa política que esteja para além dos programas (neo)desenvolvimentistas. Com isso, pode-se pouco a pouco construir uma alternativa política de massas e ecossocialista.

6. Referências bibliográficas

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: LÖWY, Michael. *Aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquente anos de pensamento da Cepal*. Brasília: Record, 2000.

CARCANHOLO, Marcelo. *Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula*. In: MAGALHÃES, João Paulo et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CASTELO, Rodrigo. *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

DOS SANTOS, Theotônio. *Dependencia y cambio social*. Santiago: CESO, 1973.

_____. *Teoria da dependencia: balanços e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual*. In: SCHULDT, Jürgen et al. *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular e Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009.

KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2016.

LOWY, Michael. *O que é ecossocialismo?*. São Paulo: Cortez, 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. *Acumulação de Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependencia e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OSORIO, Jaime; FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias. *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O marxismo latino-americano e a teoria da dependencia*. In: SEABRA, Raphael. *Dependencia e marxismo*. Florianópolis: Insular, 2016.

SILVA, Givanildo Manoel (org.). *Desmilitarização da polícia e da política: uma resposta que virá das ruas*. São Paulo: Pueblo, 2015.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SVAMPA, Maristella. *Extractivismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais*. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA, Jorge. *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.

VAINER, Carlos B. *Megaeventos no Brasil e no Rio de Janeiro: uma articulação transescalar na produção da cidade de exceção*. In: SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabrício Leal; NOVAIS, Pedro (Org.). *A Copa do Mundo e as Cidades: Políticas, Projetos e Resistências*. 1ed. Niterói: Editora UFF, 2014, p. 81-118.

ABSTRACT

The advance of neoliberalism in Latin America represented a period of great reorganization of the societies of the region. Their economies have undergone a process of denationalization and insertion into the world economy as a platform for financial valorization, as well as counter-reforms that undermine labor and social rights. The results of the neoliberal program were followed by financial crises; Attacks on the national sovereignty of the countries of the region and aggravation of the social issue with rising unemployment, underemployment and other precarious forms of occupation. From the late 1990s onwards, social movements and different popular forces were able to elect center-left governments, which stood as a counterpoint to neoliberal policies. The first decade of the twenty-first century is marked by the election of these governments and the attempt to retake elements of the "developmentalist" economic program that had come into crisis in the 1980s, inaugurating the so-called "neodevelopmentism". However, already in the early years of the decade of 2010 these governments show their limits, as well as "neodevelopment". Our work aims to analyze the limits and contradictions of this developed economic policy based on two references: the Marxist theory of dependency (TMD) and the ecossocialism. In this way, we point out that the different proposals for economic "growth" / "development" do not take into account the historical specificities of capitalism in the region and, in this way, end up deepening the dependence and destruction of nature. Faced with the current structure of capitalism, marked by the dominance of finance and the severe ecological crisis, we conclude our work affirming the urgency of the left to overcome the productivist and extractivist paradigm. The paper is organized into five sections: a short introduction; The theory of dependency and "developmentalism"; Ecossocialism and the critique of "progress"; The limits of "neodevelopment" and the conclusion.

Palavras-chave: *Theory of Dependency; Ecossocialismo; Developmental; Neodesenvolvimentismo.*

A MÚSICA COMO FERRAMENTA E RECURSO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cristiane Bandeira

Graduada em Pedagogia e pós-graduanda em Psicopedagogia pela FCEA Santa Rita de Cássia

Paulo de Tarso Santini Tonon (orientador)

Psicólogo e Mestre em Artes pela Universidade de São Paulo

Resumo

O objetivo dessa pesquisa é demonstrar as contribuições que o uso da Música pode trazer para as crianças na Educação Infantil e apresentar os motivos pelos quais os professores deveriam se utilizar dessa importantíssima ferramenta pedagógica. O primeiro ponto a ser abordado é a origem da Música na humanidade, sua definição e utilização ao longo dos tempos e o seu desenvolvimento acompanhando a evolução da espécie humana. A Música passou a ser introduzida na educação já na Grécia Antiga e tinha papel fundamental na formação plena do cidadão. No Brasil ainda é jovem como disciplina. Apresentaremos a trajetória da Música na Educação brasileira e algumas leis que garantiram sua inserção nas escolas. Algumas práticas correntes são apontadas no desenvolvimento do trabalho, para que sejam repensadas. A utilização da Música por parte das escolas não deveria ocorrer somente em datas comemorativas, mas seria necessário que fizesse parte do cotidiano, proporcionando aos professores a utilização continuada de um importante instrumento pedagógico. Muitos são os pesquisadores e estudiosos que destacam a importância da educação musical e apresentam estudos que demonstram que a utilização da música auxilia no desenvolvimento integral de crianças que tem contato com canções e instrumentos musicais. O trabalho responsável e comprometido do professor, que não precisa ser um especialista em Música, influencia muito na aquisição de habilidades motoras, cognitivas e afetivas por parte das crianças.

Palavras-chave: *Música, Educação Infantil, Contribuições para o desenvolvimento.*

Introdução

Os dicionários nos fornecem algumas definições da palavra *música*, tais como:

“Arte de combinar harmoniosamente os sons; combinação de sons a fim de torná-los harmoniosos e expressivos”.⁵ “Arte de expressar ideias por meio de sons, de forma melódica e conforme certas regras”.⁶

A Música é uma das formas de expressão cultural e artística mais usada pela sociedade. Na Grécia Antiga era conhecida como “a arte das musas” e está presente em toda e qualquer agrupamento social humano, em todas as culturas e sua história é a própria história da espécie humana.

Compreendendo a importância da Música para a humanidade, podemos perceber como a

utilização da Música na Educação Infantil pode ser relevante para a construção do conhecimento das crianças.

Nas escolas é comum que a música seja utilizada somente como reprodução, muitas são as canções que buscam chamar a atenção das crianças para produtos e brinquedos, com refrões repetitivos e sem qualidade cultural.

O propósito da pesquisa é mostrar que a Música pode ser introduzida na Educação Infantil de maneira significativa e prazerosa, que a sua contribuição para o desenvolvimento da criança é notável.

As pesquisas bibliográficas em endereços da internet que realizei, a meu ver fundamentam a importância de se trabalhar utilizando a Música nas escolas e evidenciam muitos benefícios para as crianças.

Sabemos que na Educação Infantil o lúdico é prioridade na prática pedagógica, pois através dele, o professor é capaz de desenvolver nos pequenos, noções de amizade, respeito, integração e socialização. A música pode auxiliar o docente a trabalhar a reflexão, a criatividade e a produção das crianças. Além de proporcionar um ambiente agradável e alegre, ela colabora para a ampliação do vocabulário e para a inicialização da leitura.

5 Cf. Dicio – dicionário on-line de Português.

<https://www.dicio.com.br/musica/> (acessado em 10/11/ 2016)

6 Cf. Michaelis – dicionário brasileiro da Língua Portuguesa.

<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=m%C3%BAAsica> (acessado em 10/11/ 2016)

O educador deve, ao se utilizar da Música, ser consciente de sua responsabilidade no momento de escolher o repertório a ser utilizado nas aulas. Não se deve apenas trabalhar com músicas infantis, pois a diversidade é fundamental para se ampliar o conhecimento cultural das crianças.

O trabalho com Música tem a pretensão de proporcionar às crianças condições para evoluir da condição de reprodutoras para criadoras. Elas precisam passar pelas etapas de imitação, reprodução, interpretação e expressão para eventualmente chegarem à fase de produção e se tornarem capazes de criar.

Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música não começaria com partituras, notas e pautas. Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe contaria sobre os instrumentos que fazem a música. Ai, encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria que lhe ensinasse o mistério daquelas bolinhas pretas escritas sobre cinco linhas. Porque as bolinhas pretas e as cinco linhas são apenas ferramentas para a produção da beleza musical. A experiência da beleza tem de vir antes. (Rubem Alves).

O que é música?

A palavra *Música* vem do grego *musiké téchne* e significa a arte das musas. A Música está presente na vida do ser humano desde os mais remotos tempos. Alguns historiadores dizem que, na pré-história os homens sentiam necessidade de organizar os sons e o silêncio da natureza. A Música é isso, uma organização de sons e silêncio, é Arte e Ciência. O seu desenvolvimento se deu através da evolução cultural e cognitiva da humanidade.

Durante muito tempo a música foi se desenvolvendo em diferentes culturas e crenças, muitos viram nela a oportunidade de poder expressar pensamentos e sentimentos antes tidos com imorais pela igreja e pela sociedade em geral.

Não existe civilização neste mundo em que não se utilize da Música para celebrar, orar/rezar, brincar, dançar... Está presente nos casamentos, morte ou nascimento, quando se está triste ou alegre, para aprendizagem e até como forma de terapia. É um recurso valiosíssimo para a socialização e integração dos povos, pois através dela é possível demonstrar e expressar sentimentos, aprender diferentes culturas como, por exemplo, a indígena que a utiliza para rituais sagrados, a Indiana que usa uma escala musical chamada de raga⁷ e que dá origem a canções que são cantadas em diferentes momentos do dia, das estações, nos momentos sagrados e nas celebrações sociais.

⁷ Raga é a espinha dorsal da Música Clássica Indiana. A palavra raga vem da palavra sânscrita "Rani" que significa deleite - o que nos faz felizes e nos satisfaz. Cf. musicaindianabrasil.com/2010/07/conceitos-fundamentais-de-raga.html

"Uma linguagem universal, mas com muitos dialetos, que variam de cultura para cultura, envolvendo a maneira de tocar, de cantar, de organizar os sons e de definir as notas básicas e seus intervalos." (JEANDOT, 1997 apud GARCIA, 2012 p 1).

A introdução da música na educação.

Na Grécia Antiga a Música foi introduzida na educação das crianças; era uma disciplina obrigatória, já que a educação grega priorizava o desenvolvimento integral do cidadão corpo e espírito e tinha papel fundamental nessa formação. Na Idade Média, a igreja católica usava os cânticos para ensinar a doutrina e catequizar os fiéis.

"Música é linguagem, expressão, sentimento que reflete a consciência, o modo de perceber, pensar e sentir dos indivíduos, da comunidade, das culturas e das religiões em seu processo sócio histórico". (BRITO, 2003. p. 28).

Apesar de a Música ter sido utilizada como uma forma de educação na Grécia e na Idade Média, em nossos tempos seu uso na educação é muito recente e rarefeito. No século XX os desenhos, trabalhos manuais, Música e Canto Orfeônico⁸, faziam parte do ensino tradicional e seguiam os modelos estabelecidos pela cultura da sociedade dominante.

Na década de trinta do século passado, o canto orfeônico teve como seu maior representante no Brasil Heitor Villa-Lobos (1887-1959), que se utilizou da Música para tentar disseminar os conceitos de civismo e coletividade, tendências que vigoravam na política naquela época. O canto era utilizado de maneira mais sistemática e como método de memorização. Essa estratégia de educação foi utilizada por quase trinta anos no Brasil, até que foi substituído pela Educação Musical criada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 4.024 de 1961.

O ensino de Arte volta-se para o desenvolvimento natural da criança, centrado no respeito às suas necessidades e aspirações, valorizando suas formas de expressão e de compreensão do mundo. As práticas pedagógicas, que eram diretivas, com ênfase na repetição de modelos e no professor, são redimensionadas, deslocando-se a ênfase para os processos de desenvolvimento do aluno e sua criação. (PCN 1997 pg. 22).

⁸ Faz referência a Orfeu, poeta e músico, filho da musa Calíope e de Apolo. Segundo a mitologia grega, o deus Orfeu era o músico mais talentoso que já viveu. Quando tocava sua lira, os pássaros paravam de voar para escutá-lo e os animais selvagens perdiam o medo. As árvores se curvavam para pegar os sons no vento. Cf. Jordão, G. et alii (coords.). A Música na Escola. São Paulo: Allucci e Associados, 2012. (ISBN: 978-85-61020-01-9)

Diferente do modelo que era utilizado para educação do Canto Orfeônico, a educação Musical visava ao desenvolvimento rítmico, auditivo, expressivo e corporal através da utilização de jogos, brincadeiras de roda e instrumentos de percussão, que proporcionavam às crianças experiências de socialização, improvisação e criação, mostrando que a Música pode ser sentida, tocada, dançada e cantada.

Mesmo com as manifestações em São Paulo de muitos intelectuais da Música e profissionais da área da Educação exigindo que ela fosse usada como uma ferramenta para auxiliar a formação das crianças, muitos professores em 1964 não possuíam o preparo necessário para introduzir o ensino da disciplina na sala de aula. Isso dificultava a aprendizagem e os métodos eram muitas vezes utilizados de maneira equivocada.

No ano de 1971 a Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692 substituiu a Educação Musical pela Educação Artística, a Música deixa de ser obrigatória no currículo, a Educação Artística é inserida com o objetivo de não priorizar nenhuma área específica, mas sim fazer a junção das várias áreas do conhecimento artístico.

Os mesmos problemas anteriores, em relação à formação e ao preparo dos professores foram identificados. Agora os docentes tinham que, além de ter os conhecimentos polivalentes das disciplinas tradicionais, conhecimentos em Educação Artística, que envolvem Artes Cênicas, Educação Musical e Artes Plásticas.

A formação dos professores nessa área era deficiente, cursos de curta duração não proporcionavam o suporte necessário para que o docente pudesse exercer suas funções com segurança. Devido a essa formação precária, as aulas eram elaboradas a partir de documentos curriculares e livros didáticos que não continham conceitos fundamentados. Cada vez mais, a Educação Musical era deixada de lado e se priorizava o ensino de Artes Plásticas.

Percebendo-se como necessária a importância de rever a formação dos futuros docentes em relação à Educação de Artes, surgiu em 1980 o movimento Arte-Educação que tinha como finalidade conscientizar e organizar os profissionais da área. Também foi publicado em 1997 o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil) em 1998, com o intuito de orientar os professores em suas práticas pedagógicas.

Com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, a Arte é considerada obrigatória na educação básica: "O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos" (art. 26, § 2º).

Somente em 2008 o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva decreta, por meio da Lei Federal nº 11.769, que a Música deve ser como conteúdo obrigatório do componente curricular da Educação Básica.

A Educação Artística nas escolas

O ensino de arte nas escolas tem por objetivo ampliar o contato das crianças com as diversas formas de manifestação artística e proporciona aos alunos, principalmente nos anos iniciais, a possibilidade de compreender o mundo de uma maneira diferente da apresentada a elas pelas disciplinas tradicionais, além de possibilitar inúmeras formas de aprendizagem e expressão criativa nas áreas da Dança, Pintura, Poesia e Música. Permitir que as crianças se expressem através da linguagem artística é extremamente importante para o desenvolvimento emocional, intelectual, profissional e moral bem como para sua formação como cidadãos.

Criar, conhecer e aprender são elementos indissociáveis. Com relação à Música, pode-se dizer que não é possível haver um verdadeiro aprendizado sem que se pesquisem diferentes estilos, não apenas o que a mídia fomenta. Muitas vezes uma expressão artística pode demonstrar muito mais significado para quem assiste ou escuta, do que uma porção de conteúdos transmitidos em uma narrativa ou apresentados em textos extensos de maneira mecânica.

É evidente que a comunicação verbal é por excelência a primeira na escala comunicativa humana; também não é menos verdadeiro que, quando tem a música como aliada, ganha força, entre outros motivos, pelo suporte e penetração mais intensa que adquire a transmissão de sua mensagem original. Muitas vezes é mais eficaz perpetuar um pensamento transmitindo-o verbalmente pelo canto que pela escrita no papel [...]. (FERREIRA 2009, p. 9 apud GALDINO 2015, p. 261).

Em muitas escolas a Música é trabalhada de forma pouco criativa. São apresentadas à criança canções para a hora do lanche, saída, canções de ninar, sem lhe dar a possibilidade de desenvolver ou encontrar algum significado no que está sendo apresentado.

Ao longo do tempo muitas instituições de ensino utilizaram a Música e ainda nos dias de hoje se utilizam dela como uma maneira de controlar as crianças quando começam a ficar agitadas. Nessas situações as professoras organizam um círculo e cantam algumas canções para tentar controlar a sala e manter a disciplina.

A organização dos conteúdos para o trabalho na área de Música nas instituições de educação infantil deverá, acima de tudo, respeitar o nível de percepção e desenvolvimento (musical e global) das crianças em cada fase, bem como as diferenças socioculturais entre os grupos de crianças das muitas regiões do país. Os

conteúdos deverão priorizar a possibilidade de desenvolver a comunicação e expressão por meio dessa linguagem. (RCNEI, 1998, p. 56)

Não é objeto, nem objetivo da educação infantil a pretensão de formar grandes músicos. O importante é se levar em conta o desenvolvimento da criança, o que ela é capaz de aprender e assimilar com a informação contida no que lhe for apresentado. A Música é a expressão das crianças mais presente na educação infantil; essa prática não deve se limitar a um uso mecânico, mas deve ser usado como ferramenta de sensibilização e criatividade, com a intenção de fazer com que os pequenos desenvolvam a reflexão e o gosto por diferentes estilos musicais, através de um ambiente alegre e descontraído que ela pode proporcionar.

A Música pode ser utilizada para auxiliar no desenvolvimento das habilidades: motora, oral, social, emocional além de uma melhor percepção auditiva. O sistema auditivo começa a funcionar na 25ª semana de gestação, é o primeiro sentido a se desenvolver no ser humano. Dai a importância de se utilizar estímulos sonoros na aprendizagem desde os anos iniciais. Se observarmos o comportamento dos bebês, é possível perceber que a musicalização é intuitiva.

Diante de tudo o que até aqui assinalai sobre a Música, podemos pensar em uma questão: Por que utilizar a Música na educação infantil?

Fazer o uso da Música para desenvolver a sensibilidade e criatividade, ou para facilitar a aprendizagem de conteúdos ou formar cidadãos plenos, muitas são as possibilidades de desenvolvimento que o trabalho com a Música pode trazer para a educação infantil.

Em todo processo educativo confunde-se dois aspectos necessários e complementares: por um lado à noção de desenvolvimento e crescimento (o conceito atual de educação está intimamente ligado à ideia de desenvolvimento); por outro, a noção de alegria, de prazer, num sentido amplo. [...] Educar-se na música é crescer plenamente e com alegria. Desenvolver sem dar alegria não é suficiente. Dar alegria sem desenvolver, tampouco é educar. (GAINZA 1988, p. 95 apud COELHO 2013).

Segundo a educadora Teca de Alencar, a educação deve priorizar o desenvolvimento do ser humano como um todo: social, intelectual e cultural. A Música pode e deve ser utilizada como forte aliada para integrar todas as disciplinas e trabalhar com a interdisciplinaridade, pois favorece a construção e o desenvolvimento da humanidade em todos nós⁹.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, artigo 29, página 24, refere-se à Educação Infantil: Primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até aos cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico integral e social complementando a ação da família e da comunidade.

Nos primeiros anos da Escola a finalidade da educação é iniciar a formação moral e cultural das crianças, com o intuito de transformá-las em futuros cidadãos, apresentando possibilidades e conhecimentos que poderão torná-las pessoas realizadas e responsáveis, cientes de sua responsabilidade diante da sociedade. O trabalho com a Música pode tornar essa construção muito mais significativa e prazerosa.

Mesmo que a educação musical na escola não tenha o objetivo de formar músicos, é importante que se apresente às crianças as bases da Música: ritmo, harmonia e melodia. É igualmente importante que o repertório seja escolhido com muita responsabilidade pelo professor, que não precisa ser um especialista, mas deverá cuidar para que a diversidade musical esteja presente em suas escolhas.

Com base nesses conhecimentos, torna-se possível desenvolver nas crianças não só a musicalização, mas também facilitar a aquisição da coordenação motora, do equilíbrio, do aprender a reconhecer diferentes tipos de instrumentos, intervalos (distância) e altura (grave/agudo) e perceber os diferentes timbres que cada voz e/ou instrumento é capaz de produzir. O RCNEI aborda a questão dessa forma:

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mãos etc., são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem as necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvam a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados. (BRASIL, 1998, p.47).

Sabemos que o aprendizado da criança se dá com mais facilidade quando ela pode manipular, tocar os objetos. Através do ensino da Música é possível explorar diferentes instrumentos, para mostrar que os sons podem ser produzidos a partir de diferentes objetos e até mesmo de partes do corpo.

Aproximar um corpo de outro. Por a mão em; apalpar, pegar. Pôr-se em contato com; roçar em alguma coisa. Fazer soar, assoprando, tangendo

9- Cf. BRITO, T. A. Música na educação infantil – propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Petrópolis, 2003.

ou percutindo. Produzir música, executar um instrumento. Bater palmas, os pés no chão. Estalar a língua, os dedos. Assobiar. Todas estas definições são possíveis para a palavra tocar (KRIEGER10, 2007, p.29).

Desenvolvimento cognitivo

Aqui abordaremos o desenvolvimento cognitivo sob o ponto de vista das Inteligências Múltiplas. A existência de diferentes tipos de inteligências mostra que um indivíduo não é mais inteligente que o outro, mais sim que as pessoas têm maneiras diferentes de aprender e assimilar as informações. Os diversos tipos de inteligência podem ser classificados como: lógico-matemática, linguística, espacial, musical, cinestésica, intrapessoal, interpessoal, naturalista e existencial.

O trabalho com a Música pode desenvolver na criança muitas dessas inteligências; portanto me parece imprescindível que o professor se disponha a lançar mão de variados métodos pedagógicos, dentre-eles, por que não o Musical?

Um dos primeiros benefícios percebidos quando o cantar canções é introduzido na educação infantil é a ampliação do vocabulário, a possibilidade de desenvolver a capacidade de memorizar e adquirir ritmo, habilidades essenciais para a inicialização da leitura.

De acordo com pesquisas realizadas por Anvari¹¹ et al. (2002) trabalhar com a Música na escola ajuda no desenvolvimento da consciência fonológica que é a capacidade humana de identificar, relacionar e organizar os sons das palavras, entender que elas são formadas por sílabas, que são formadas por fonemas.

O desenvolvimento dessa consciência possibilita a aquisição de habilidades que tornam a pessoa capaz de separar as sílabas e identificar rimas. Quando existem falhas na construção dessa consciência, os prejuízos à aquisição da leitura e escrita são visíveis.

Outro fator a ser considerado é que a Música ajuda no desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático da criança, no uso de canções que ensinem os números, bem como, mais adiante, pela contagem do tempo e compreensão dos ciclos rítmicos.

Muitos benefícios também podem ser observados, mesmo quando a música é utilizada apenas para ajudar na concentração. Estudos realizados pelo cientista búlgaro Lasavov¹²

10- KRIEGER, Elisabeth. Descobrir a Música: Ideias para Sala de Aula. Porto Alegre: Sulina, 2005.

11- Pesquisas com crianças de 0 a 5 anos para verificar se há correlação entre o processamento musical e a consciência fonológica. Cf. ILLARI, Beatriz et BROOCK, Angelita. Música e educação infantil. Campinas: Papirus, 2013

12- O pesquisador búlgaro *Agrotis Temera Lasavov* observou em seus estudos a importância da música clássica para os pequenos. Segundo ele, a criança, ao ouvir música clássica passa do nível ALFA (quando estamos

apontaram para a conclusão de que as crianças que estudavam ouvindo músicas clássicas conseguiam se concentrar melhor e tinham mais facilidade para aprender.

Desenvolvimento social

Todo ser humano está inserido em um contexto social e todos os povos têm na Música um forte referencial para identificar e transmitir suas tradições.

Valorizar o conhecimento e a tradição musical que cada criança traz da cultura em que está inserida é reconhecer essas diferentes culturas e suas formas particulares de subjetividade. Além disso, proporcionar o compartilhamento de sua cultura particular com os outros colegas pode proporcionar a ampliação do universo cultural de todas as crianças do grupo.

Através da Música podemos trocar conhecimentos, promover o reconhecimento e a valorização das diferenças individuais através da descoberta e do respeito por diferentes estilos musicais. As crianças são muito receptivas a novidades, dessa forma o professor tem a oportunidade de aproveitar essa receptividade e apresentar a elas variados estilos musicais para que possam apreciar diferenças e ampliar o seu repertório. Facilitar o contato das crianças com diferentes estilos musicais e culturais é uma maneira lúdica e divertida, que possibilita que as crianças desenvolvam o conhecimento do mundo e se reconheçam como integrantes de uma sociedade diversa e plural.

Cantigas de roda e canções de ninar muitas vezes têm o papel de preparar as crianças para a vida adulta; as letras das canções abordam temas como amizade, amor e trabalho, que podem ajudar a desenvolver o conhecimento das regras do convívio em sociedade. Mas o trabalho com a Música não pode se limitar apenas a repetições de padrões, ela deve acontecer de forma natural, às crianças podem sentir prazer nas atividades musicais.

“A linguagem musical é um dos canais que desenvolve a expressão, o autoconhecimento e o equilíbrio, sendo poderoso meio de interação social.” (UNESCO, 2005).

Desenvolvimento afetivo

A afetividade é desenvolvida nos pequenos através das interações que eles têm com o meio em que vivem. O relacionamento com os pais, os amigos e professores garantem e consolidam esse desenvolvimento.

em alerta) para nível BETA (quando estamos relaxados, mas atentos) e dessa forma pode-se ter um melhor aproveitamento mental. Cf. <http://musicalizando.net/2014/04/musicalizando-e-desenvolvendo-criancas>

A Música toca os sentimentos e as emoções e, quando a interação entre as crianças se dá através dela, fica muito mais fácil fortalecer os laços de amizade e respeito entre elas e as pessoas com quem se relacionam. A criança que tem contato com a Música desde muito cedo é normalmente mais expressiva e, via de regra, consegue demonstrar os seus sentimentos de forma mais clara e adequada.

Os pais são os principais responsáveis pelo desenvolvimento da comunicação emocional das crianças, que veem neles os modelos a serem por elas seguidos. Portanto, os pais possuem o hábito de cantar, dançar e contar histórias é importante para que as crianças desenvolvam habilidades e competências relacionadas à leitura, escrita e o gosto pela música.

A música tem como finalidade auxiliar o professor em suas tarefas diárias. Ajuda o aluno em seu desenvolvimento intelectual, motor e social. Também ajuda a combater a agressividade, pois canaliza o excesso de energia; ajuda a enfrentar o isolacionismo; desenvolve o espírito de iniciativa e funciona como higiene mental. Portanto, a música é um grande benefício para a formação, o desenvolvimento do equilíbrio, da personalidade, tanto da criança como do adolescente. (ZABOLI, 1998, p.96 apud BETTI, SILVA e ALMEIDA, 2005, p. 106).

Pudemos observar no decorrer desse trabalho, que muitos são os benefícios que a Música proporciona no desenvolvimento da criança e demonstramos que as canções podem proporcionar aprendizado de forma lúdica, prazenteira e socializante e o aprendizado na Educação Infantil, fundamentalmente

desenvolvido através do brincar, não deve prescindir desse importante recurso.

De acordo com Teca de Alencar Brito:

...importa, prioritariamente, a criança, o sujeito da experiência, e não a música, como muitas situações de ensino musical insistem em considerar. A educação musical não deve visar à formação de possíveis músicos do amanhã, mas sim a formação integral das crianças de hoje. (BRITO, 2003, p.46.)

Considerações finais

Levando-se em conta os autores citados e os argumentos apresentados, podemos perceber que a Música tem muito a contribuir na Educação Infantil, uma vez que ela pode se constituir em ferramenta de ensino e de aprendizagem, bem como auxiliar na formação plena do cidadão, através do desenvolvimento da sensibilidade, da observação e do reconhecimento da diversidade.

Concluimos também que a utilização da Música nas escolas deve ser reavaliada, pois podemos observar que muitos professores ainda a utilizam apenas como reprodução de canções, sem se preocuparem em desenvolver nas crianças a capacidade de criação e expressão que a música pode proporcionar.

Foi possível concluir no decorrer desta pesquisa, que a formação de músicos não é a finalidade da Educação Infantil; quando o professor apresenta às crianças alguns conceitos básicos de musicalização e ritmo, o faz para agregar conhecimentos aos vários eixos trabalhados durante sua formação.

Referências:

Bibliografia

- BRASIL: Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRITO, T. A. **Música na educação infantil – propostas para a formação integral da criança.** São Paulo: Editora Petrópolis, 2003.
- ILLARI, Beatriz et BROOCK, Angelita. **Música e educação infantil.** Campinas: Papyrus, 2013
- JORDÃO, G. et alii (coords.). **A Música na Escola.** São Paulo: Allucci & Associados, 2012. (ISBN: 978-85-61020-01-9)
- KRIEGER, Elisabeth. **Descobrimo a Música: Ideias para Sala de Aula.** Porto Alegre: Sulinas, 2005.
- LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseana Pereira; FARIA, Líbia Barreto de (orgs.) **Livro de estudo: Módulo IV - 74p. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 4).** Brasília: MEC - Secretaria de Educação Básica / Secretaria de Educação à Distância, 2006.
- NOGUEIRA, M. A. **A música e o desenvolvimento da criança.** Revista da UFG, Vol. 5, No. 2, dez 2003.
- Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 1 N. 1 – pag 161-175 (fev - mai 2015)

Endereços eletrônicos

A importância da música para o desenvolvimento cognitivo da criança.

Disponível in:< pt.scribd.com/doc/295924522/A-Importancia-Da-Musica-Para-o-Desenvolvimento-Cognitivo-Da-Crianca> Acessado em: 04/072016

A música na educação infantil

Disponível in: <pedagogiaaopedaletra.com/a-musica-na-educacao-infantil> Acessado em: 28 de junho 2016

Inserção da música na educação infantil e o papel do professor

Disponível in: <pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3412_1722.pdf> Acessado em: 04 de julho 2016

Linguagem musical na educação infantil – Artigos de Psicologia...

Disponível in: <portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/56086/linguagem-musical-na-educacao-infantil> - Acessado em: 04 de julho 2016

Musicalização: ampliando o repertório na pré-escola – Educador – UOL

Disponível in:< educador.brasilecola.uol.com.br/orientacoes/musicalizacao-ampliando-repertorio-na-preescola.htm> Acessado em 04/07/20166

Rubem Alves

Disponível em: <pensador.uol.com.br/educacao> Acessado em 18 de novembro 2016

Citações

FERREIRA apud GALDINO A música como ferramenta pedagógica no processo de aprendizagem.

Disponível in:

<sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/1832/1441 - Acessado em: 04 de julho 2016

GAINZA apud COELHO A música na educação infantil

Disponível in: <pedagogiaaopedaletra.com/a-musica-na-educacao-infantil/> Acessado em: 28 de junho 2016

JEANDOT apud GARCIA A importância da utilização da música na educação infantil.

Disponível in:< efdeportes.com/efd169/a-musica-na-educacao-infantil.htm> - Acessado em: 28 de junho 2016

PCN - Disponível in: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf> - Acessado em: 04 de julho 2016

RCNEI - Disponível in: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf> Acessado em: 04 de julho 2016

Rubem Alves - Disponível em: <pensador.uol.com.br/educação> Acessado em 18 de novembro 2016

UNESCO, 2005 A Criança Descobrimdo, Interpretando e Agindo sobre o Mundo. – Brasília: UNESCO, Banco Mundial, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2005. 136 p. (Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância Cadernos Pedagógicos 2).

Disponível em:< unesdoc.unesco.org/images/0013/001384/138429por.pdf> Acessado em: 10 de novembro de 2016

ZABOLI,1998, p.96 apud BETTI, SILVA e ALMEIDA, 2005,p. 106 Disponível em:< docplayer.com.br/4224486> Acessado em 10 de novembro 2016

ABSTRACT

The purpose of this research is to demonstrate the contributions that the use of Music, can bring to children in Early Childhood Education and present the reasons for which teachers should use this very important pedagogical tool. The first point to be addressed is the origin of Music in humanity, its definition and use over time and its development beside the human race's evolution. The Music was introduced into education already in the Ancient Greece and had role in the full training of the citizen. In Brazil, it is still young as a discipline. This work will present the trajectory of Music in Brazilian Education and some laws that ensured their inclusion in the schools. Some current practices are pointed out in the development of the work, to be rethought. The use of Music by schools does not should only occur on commemorative dates, but it would be a necessary part of everyday life in the school environment, providing teachers with the continued use of this Important pedagogical resource. There are many researchers and scholars who emphasize the importance of musical education and this present studies demonstrating that the use of Music promotes the integral development of children who have contact with songs and musical instruments. The responsible and committed teacher's work - who does not have to be an expert in Music - influences acquisition of motor, cognitive and affective skills by children.

Keywords: *Music, Children's Education, Contributions to the development.*

UMA ABORDAGEM PSICOPROFILÁTICA NO TRABALHO COM ATORES

Paulo de Tarso Santini Tonon

Psicólogo e Mestre em Artes Cênicas pela Universidade de São Paulo

Docente da FCEA Santa Rita de Cássia

Resumo

Este artigo busca esclarecer a necessidade de se adotar uma abordagem psicoprofilática no trabalho com atores e estudantes de Artes Cênicas. A Arte da representação teatral, na medida em que envolve o corpo e as emoções do ator, resvala inevitavelmente em sua organização pessoal e em sua subjetividade, correndo o risco de nele desencadear instabilidades e, em casos extremos, desorganização emocional e pessoal. O foco deste estudo é o trabalho desenvolvido por Jerzy Grotówsky no Teatro Laboratório de Wrocław – Polônia, no qual pesquisava o que denominou como Teatro Pobre. Tal proposta tinha como súmula estética a arte da representação, sem o suporte dos figurinos, dos cenários, da maquiagem e de tudo o que não fosse a expressão do ator e seu relacionamento com a platéia. Para alcançar seu propósito, tanto artístico como social e espiritual, Grotówski enveredou por uma profunda pesquisa das tensões e dificuldades que impediam a livre expressão de seus atores, numa atitude de respeito e de preservação de sua saúde física e emocional. Para que fosse possível ampliar a compreensão de seus conceitos e atitudes, lancei mão de autores da Psicologia, como Wilhelm Reich, Alexander Lowen e Stanley Keleman, que em suas pesquisas e práticas clínicas buscaram a compreensão profunda dos mesmos elementos que Grotówsky pesquisou. Por fim, o presente artigo sintetiza os princípios que devem orientar o Treinamento Psicofísico de atores a partir de uma abordagem psicoprofilática.

Palavras-chave: *Representação teatral, formação de atores, teatro laboratório, psicoprofilaxia.*

Introdução:

Assistindo a uma das apresentações da peça *Laços*, de R. D. Laing, sob a Direção de Odavlas Petti pelo Grupo Ar Cênico, em São Paulo, no primeiro semestre de 1984, chamou-me a atenção a postura encurvada para trás da personagem representada por Regina Papini. A atriz mantinha a coluna rígida, como se seu occipital e seu cóccis estivessem unidos pela corda de um arco retesado. Após o espetáculo e depois, quando saímos juntos, reparei que Regina continuava com o bastão que sua personagem usava em cena (ela representava um palhaço vestido de cor de abóbora e que segurava um bastão, dizendo a primeira fala do texto). Tive a oportunidade de conversar com ela sobre isso; perguntei-lhe sobre a postura que mantinha por todo o espetáculo e se aquilo não tinha lhe acarretado problemas. Conversamos sobre o teor "tóxico" das personagens daquele espetáculo em geral e o seu relato confirmou minhas hipóteses.

O espetáculo manipulava emoções fortes, soturnas, que se moviam como sombras projetadas sobre as relações que ali se desenrolavam.

Supunha que o ator, ao entregar-se de tal forma ao contato com tais emoções, teria que possuir uma maneira de "desintoxicar-se" da energia que mantinha entranhada por todos os seus músculos e nervos e dos nojos e angústias que aquelas emoções tensas e sombrias certamente desencadeavam.

Regina Papini relatou-me vários momentos em que participantes do elenco atravessaram desordens físicas e transtornos emocionais, ao longo da montagem daquele trabalho.

O tema da psicoprofilaxia, aplicado ao treinamento do ator pela via psicofísica, ganhava para mim uma nova e inquietante dimensão depois de meu encontro com Regina Papini. Não bastaria a adequada postura quanto à aplicação de técnicas psicofísicas utilizadas na formação do ator e seu emprego na construção das personagens em montagens teatrais. O espetáculo em questão denotava uma preparação psicofísica dos atores, que só poderia ser fruto de um trabalho maduro e consistente. Contudo, a necessidade de um instrumental que possibilitasse a "desintoxicação emocional" após os ensaios e os espetáculos teria que ser investigada.

Eu pensava, fundamentalmente, nos problemas circunstanciais a uma montagem teatral apresentada no circuito comercial, com todas as decorrências de um trabalho estressante realizado em um grande centro urbano. Percebia que a rigidez caracteral do ator - pessoalmente - poderia reconfigurar-se na rigidez das personagens. A "máscara da vida" mudava de forma, mas permanecia essencialmente a mesma, conservando seus significados emocionais e psicológicos. Seria necessário compreender os princípios do funcionamento orgânico do ser humano, a fim de que a estrutura do processo de encorajamento do ator pudesse ser atingida.

Este trabalho busca elucidar os mecanismos dinâmicos que interagem no ser humano ator, com relação à vivência do treinamento psicofísico, visando a uma otimização de suas técnicas, levando em consideração - principalmente - os necessários cuidados ao equilíbrio do organismo do ator e, por conseguinte, à manutenção de sua saúde física e mental, bem como à sua capacidade expressiva e, portanto, à criatividade.

Minha preocupação se encontra basicamente nos princípios que devem ser observados na elaboração e na instrumentalização de exercícios psicofísicos. Tais princípios devem ser encontrados a partir da compreensão das leis que governam o funcionamento orgânico, ou seja, das leis da própria vida e que configuram a estrutura psicofísica particular de cada indivíduo.

Com essa compreensão, espero possibilitar uma via segura (sob os pontos de vista da eficiência técnica e da profilaxia) para a consecução da proposta grotowskiana de "eliminação" dos bloqueios que impedem o ator de expressar-se a partir de seu *EU* mais profundo, utilizando para isso a possível "ponte" existente entre o Treinamento Psicofísico de Jerzy Grotówsky (1933-1999) e o trabalho de Wilhelm Reich (1897-1957).

O Treinamento Psicofísico visa propiciar um adestramento do ator - a nível tanto físico quanto psíquico, de forma integrada. Grotówsky compreende a relação de identidade funcional entre corpo e mente e seu método de trabalho denota a visão do ser humano como um organismo: biológico, psíquico, sócio-cultural e espiritual. A abordagem orgânica que aqui proponho, busca esclarecer mais profundamente esse inter-relacionamento numa visão holística, ou seja, a partir do ponto de vista de que essas unidades da consciência humana (os seres espiritual, biológico, social, cultural e psicológico), compõem uma totalidade existencial: o organismo humano.

I - Grotówsky e Reich - em busca de um denominador comum

Os estudos de Grotówsky e Reich completam-se mutuamente, dadas as semelhanças de suas propostas e, principalmente, pelo fato de terem ambos, partido de pontos de vista semelhantes quanto à compreensão da distorção da verdadeira natureza humana: a divisão artificial entre corpo e alma. Nos estudos de Reich, dada a sua área de formação, encontramos uma investigação profunda dos entrelaçamentos íntimos entre o somático e o psíquico. Segundo ele, os aparatos motor e sensorial compõem a base somática da experiência emocional, registrando ininterruptamente padrões de sensações através de correntes vegetativas de natureza pulsatória.

A consciência então não seria algo contínuo, mas um conjunto rítmico de diferentes estados de consciência que constituem uma memória altamente complexa de sensações, emoções e sentimentos experimentados pelo organismo.

Tal registro é a própria a Memória Emotiva¹³, acerca da qual nos falou Constantin Stanislávski (1863-1938) e que, ao lado do Método das Ações Físicas¹⁴ é, sem dúvida, um dos pilares fundamentais do método de Grotówsky, embasando sua proposta de Treinamento Psicofísico.

A identidade funcional entre corpo e mente em que todo o trabalho de Grotówsky se funda, já era assinalada e abordada por Stanislávski, tal como claramente se expressa nesta passagem:

"Assim, no início de nosso trabalho, vocês não podem conceber o mal que resulta dos espasmos musculares e da contração física. Quando essa condição ocorre nos órgãos vocais, uma pessoa, normalmente dotada de boas tonalidades naturais, fica rouca ou chega mesmo a perder a voz. Se a contração ataca as pernas, o ator anda como um paralítico; se está nas mãos, ficam dormentes e movem-se como pedaços de pau. O mesmo tipo de espasmos ocorre na espinha, no pescoço e nos ombros. Em cada um desses casos, eles tolhem o ator, impedindo-o de atuar. O pior, contudo, é quando essa condição lhe afeta o rosto, distorcendo-lhe as feições, paralisando-as ou petrificando a expressão. Os olhos se esbugalham, os músculos tensos dão ao rosto um aspecto desagradável, fazendo-o exprimir exatamente o contrário do que vai dentro do ator, sem qualquer relação com suas emoções. Os espasmos podem atacar o diafragma e outros órgãos ligados à respiração, interferindo com seu procedimento e encurtando o fôlego. Essa rigidez muscular também afeta outras partes do corpo e só pode exercer um efeito destruidor nas emoções que o ator experimenta, na sua forma de expressá-las e no seu estado geral de sensibilidade."¹⁵

Contudo, Stanislávski trata a vida do corpo e a vida da alma como distintas estabelecendo-se a partir disso, uma diferença fundamental com relação à abordagem de Grotówsky. Emoção não é possível sem anatomia; em concordância com tal visão, Grotówsky se refere ao adestramento do ator como Treinamento Psicofísico, dentro do qual psiquismo e fisiologia não se separam em momento algum.

O Treinamento Psicofísico, ao mesmo tempo caminho inevitável e sùmula estética do *Teatro Pobre*¹⁶ de Jerzy Grotówsky, configura-se como um processo e, nesse sentido, necessariamente aberto à pesquisa de técnicas que viabilizem sua consecução.

O *Teatro Pobre* como princípio, decorre da forma particular com que Grotówsky aborda o Teatro: ele o faz do ponto de vista da arte do ator, na medida em que reconhece que o teatro pode existir sem figurinos, cenários, maquiagem, iluminação, recursos sonoros e até sem texto; mas, sem atores e espectadores, não!

"A essência do Teatro é o ator, suas ações e o que ele pode realizar." (GROTÓWSKI, 1971, p.3)

A arte do ator, segundo Grotówsky, passa necessariamente pela mais íntima confissão da natureza profunda do ser humano que ele - ator - o é. O trabalho do Teatro Laboratório de Wroclaw é a pesquisa daquilo que Grotówsky considerava essencial ao teatro: a capacidade expressiva do ator, sua criatividade e seu relacionamento com o espectador - o outro elemento essencial do teatro. Para Grotówsky, teatro é encontro; mais precisamente, o encontro entre o espectador e o ator através do espetáculo.

"Tudo está concentrado no amadurecimento do ator, que é expresso por uma tensão levada ao extremo, por um completo despojamento, pelo desnudamento do que há de mais íntimo - tudo isso sem o menor traço de egoísmo / . . . / Esta é uma técnica de 'transe' e integração de todos os poderes corporais e psíquicos do ator, os quais emergem do mais íntimo de seu ser e de seu instinto, explodindo numa espécie de 'transluminção'."¹⁷

De fato, o treinamento desse *ator santo*¹⁸ se processa num contexto virtualmente monástico. É desta forma que Grotówsky trata o fazer teatral: como um sacro-ofício que leva à transcendência e à iluminação interior.

"O teatro, quando ainda fazia parte da religião já era teatro. Liberava a energia espiritual da congregação ou tribo, incorporando o mito e profanando-o, ou melhor, superando-o."¹⁹

Dessa forma, a arte do ator do Teatro Laboratório é "alquímica", na medida em que o ator oferece à si próprio como sacrifício, ao fogo da criação, de onde assiste ao seu renascimento a partir das cinzas da sua transformação.

"/. . . /o Diretor só pode ajudar o ator neste processo complexo e agônico se for tão emocional e ardorosamente aberto para o ator quanto o ator o é em relação a ele." 20

Tal processo de entrega e confiança mútuas a que Grotówsky chama de desnudamento, leva o ator a rasgar a máscara da vida, numa atitude de transposição dos próprios limites que, atingindo o espectador, conclama-o à sua própria auto-libertação.

"O espectador compreende consciente ou inconscientemente, que se trata de um convite para que faça o mesmo."²¹

¹³ Cf.: STANISLÁVSKI, Constantin. "Memória das Emoções". In: *A preparação do Ator*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, pp 183-210.

¹⁴ Cf.: VITEZ, Antoine. "La méthode des actions physiques de Stanislávski". In: *Théâtre populaire* nº 4. Paris: 1953, p. 23.

¹⁵ STANISLÁVSKI, Constantin. Op. Cit., p. 122.

¹⁶ Teatro Pobre é o Teatro despido de todos os seus elementos não essenciais, focado fundamentalmente na arte da representação e na relação com a platéia. Prescinde de cenários, figurino ou qualquer outro elemento que não o ator e seu encontro com o público.

¹⁷ GROTÓWSKY, Jerzy. Em busca de um Teatro Pobre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 2.

¹⁸ O "Ator Santo" é aquele que se desnuda de suas defesas, num ato humano e artístico de sacrifício (sacro ofício).

¹⁹ GROTÓWSKY, Jerzy. Op. Cit., p. 9.

²⁰ Idem, ibidem, p.32.

²¹ Idem, ibidem, p.32.

A correlação entre atividade profilática e o teatro que postula, é mencionada por Grotówsky nesta frase:

"Estou convencido de que, no todo, /.../ o espetáculo apresenta uma forma de **psicoterapia social**, embora para o ator seja uma terapia apenas se ele se entregou inteiramente à sua tarefa."²²

Entregar-se totalmente à sua tarefa implica entregar-se a si mesmo, ousar parecer-se consigo próprio, além de qualquer convenção e expressar o seu eu mais profundo.

Tal união desses elementos é, segundo Grotówsky, "/.../ a verdadeira lição do teatro sagrado, quer falemos do drama medieval europeu, do balinense ou do Kathakali indiano: essa noção de que a espontaneidade e a disciplina, longe de se enfraquecerem uma à outra, reforçam-se mutuamente"²³ compõe uma proteção ritual, que permite ao ator entregar-se de corpo e alma ao ato criativo como individualidade.

"O significado etimológico da palavra 'individualidade' é 'indivisibilidade, o que significa uma existência completa /.../ a individualidade é o verdadeiro oposto de ser pela metade."²⁴

Assim, buscando essa inteireza humana, essa congregação harmônica de instinto, história e razão, Grotówsky estabelece uma abordagem pela via negativa, ou seja: parte não do "treinamento" da expressividade, mas da "remoção" dos elementos que interferem no processo expressivo, perturbando-o ou impedindo-o.

"O estado necessário da mente é uma disposição passiva a realizar um trabalho ativo, não um estado pelo qual 'queremos fazer aquilo', mas 'desistimos de não fazê-lo'."²⁵

Coerente com esse pensamento, afirma que se faz necessária uma investigação metódica que, em termos da instrumentalização do Treinamento Psicofísico, atenda a três requisitos:

a) Estimular um processo de auto-revelação, recuando até o subconsciente e canalizando este estímulo para obter a reação desejada.

b) Poder articular esse processo, discipliná-lo, convertê-lo em gestos. Em termos concretos, isto significa compor uma partitura, cujas notas sejam minúsculos pontos de contato, reações aos estímulos do mundo exterior: aquilo a que chamamos 'dar e tomar'.

c) Eliminar do processo criativo as resistências e os obstáculos causados pelo organismo de cada um, tanto o físico como o psíquico (os dois formando um todo)."²⁶

²² GROTÓWSKY, Jerzy. Em busca de um Teatro Pobre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p.31. (*o grifo é meu*)

²³ Idem, ibidem, p.72.

²⁴ Idem, ibidem, p.72.

²⁵ Idem, ibidem, p.72.

²⁶ Idem, ibidem, p. 80.

A proposta de Grotówsky é clara e, para realizá-la adequadamente faz-se necessária a prospecção do ator sobre si próprio, elaborando e organizando disciplinadamente seus achados.

Reich, nesse sentido, assemelha-se a Grotówsky. Ao longo de suas investigações sobre a prática da psicoterapia dos distúrbios emocionais humanos, perguntou-se constantemente como tal poderia ser feito e por quê.

Reich foi, por vários anos, o Presidente do Seminário Técnico da Sociedade de Psicanálise de Viena, cuja função era a de estudar os casos atendidos pelos analistas, sob o ponto de vista da aplicação da Técnica Psicanalítica. Ele percebeu, desde logo, que a forma ou as formas através das quais os indivíduos resistiam a se desmascarar perante o analista - e portanto perante si mesmos - falavam não de decorrências de neurose, mas eram a própria neurose. Na busca de remoção dos mecanismos neuróticos (a que chamou de Armadura de Caráter), Reich percorreu vários caminhos, chagando a intentar a manipulação direta da energia vital através de aparelhos, os acumuladores de orgônio.

No período em que Reich construía sua Análise do Caráter, buscou retraduzir a psicopatologia clássica em termos de atitudes físicas e psicológicas. O resultado daquele estudo foi uma "fiscalização" em dimensão humana - ou seja - a correlação entre o formato somático e o psíquico. Reich concluiu que as limitações do indivíduo eram expressas simultaneamente pelo corpo e pela mente, criando padrões estereotipados às estimulações diversas dos meios interno e externo, coerentes com a história individual e organizados em graus variáveis de rigidez.

Neste ponto, é necessário que se estabeleça uma "ponte" fundamental entre estética e saúde: a organização caracterológica, para sua manutenção, estabelece dados de coerência com a personalidade. Tal acabamento tem, sem dúvida, algo de estético; a armadura de caráter é egosintônica, ou seja, é reconhecida pelo sujeito como pertencente à sua identidade pessoal. Difere fundamentalmente dos sintomas que não tem coerência estética com a personalidade e evidenciam conflitos fora de controle do padrão neurótico de comportamento, ou seja, são egodistônicos.

Quando aplicarmos técnicas psicofísicas visando à remoção da máscara da vida, estaremos lidando não com sintomas psicológicos - atividade privativa de profissionais da área de saúde mental - mas com traços de caráter que, embora difiram dos sintomas em termos da sintonia com a personalidade total do treinando, tem raízes comuns e significado semelhante. Ninguém por certo se oporia a uma

intervenção que buscasse o alívio de sintomas incômodos, mas, interferir na dinâmica caracterológica, suscita no indivíduo que experimenta essa interferência, o terror da despersonalização e tal fato deve ser conhecido e considerado pelo facilitador do treinamento.

Claro está que a finalidade primeira do fazer teatral não é interferir sobre a saúde física e mental do ator, nem modificá-lo como pessoa, mas, frente ao exposto, podemos perceber que tal efeito é virtualmente inevitável. Um organismo mascarado por estereótipos tem uma possibilidade bastante reduzida de expressão criadora, uma vez que seu equilíbrio é fundado no percorrer caminhos conhecidos e identificados inconscientemente como razoavelmente seguros, enquanto que criatividade implica - quase sempre - em ousadia, transgressão de normas fixas e implica risco em certa medida.

A importância dada por Grotówsky às diferenças e características individuais, bem como o respeito que tem para com os aspectos que regulam e mantêm a pessoa é claramente expressa nesta frase:

"Espero que fique bem claro que é muito importante nunca fazerem nada que não se harmonize com seu impulso vital, nada de que não possam prestar contas."²⁷

É necessário que nunca nos esqueçamos de que estaremos sempre face a face com a complexidade de vidas humanas, ao intentarmos qualquer intervenção que vise ao Treinamento Psicofísico. Para tanto, como facilitadores, não devemos da mesma forma nos afastar de nossa natureza interior. Faço minhas as palavras de Grotówsky, quando diz "Não acredito na possibilidade de atingir resultados através de cálculos frios."²⁸

Os princípios orgânicos do Treinamento Psicofísico devem merecer a atenção de todos os que pretendem enveredar pelos caminhos dessa pesquisa do ser humano no campo do fazer teatral. Pois, tal como Grotówsky, eu "Acredito que lidamos aqui com uma 'arte' de trabalhar, que é impossível de ser reduzida a uma fórmula e não pode ser simplesmente aprendida."²⁹

Contudo, esse conhecimento não é decorrente de casualidades, não é fortuito, mas obedece a leis universais de funcionamento biológico, que devem ser profundamente estudadas e internamente compreendidas.

Com relação à comparação que desenvolvi ao longo deste capítulo, sobre os princípios básicos e coincidentes entre Grotówsky

e Reich, creio ser apropriado fornecer algumas conclusões parciais antes de continuar:

1- Os dois autores detectam que, muitas vezes, a expressão do ser humano está claramente "aprisionada". O gesto não é espontâneo, mas forjado rigidamente, "vestido" pelo aprendizado de relações padronizadas dentro da cultura. Grotówsky parte em busca do que chamou de Teatro Pobre, em que o ator "despido" (em contato com suas emoções verdadeiras) é o elemento fundamental da cena; Reich opõe ao caráter neurótico o que chamou de Caráter Genital: o ser humano em contato com seus centros vegetativos, flexível e adaptável, que se utiliza de todas as possibilidades humanas ao seu alcance para relacionar-se consigo mesmo e com o mundo cada vez mais harmonicamente.

2- Grotówsky e Reich trabalham no sentido de operar um "desnudamento" do indivíduo, visando propiciar um reencontro com a natureza humana, abordando esse processo do ponto de vista do homem em convivência consigo mesmo e com seus semelhantes.

3- Para Grotówsky, o criar é um ato tanto biológico quanto espiritual, afirmando que o teatro pode existir sem figurinos ou cenários, bem como pode o homem (e talvez só dessa forma) existir sem suas roupagens e vernizes; enfim, sem as máscaras que - inevitavelmente - conduzem a uma divisão artificial entre corpo e mente. Para Reich, a expressão da vida se dá na presença da liberdade de ser plenamente um ser humano, mental e animal, buscando através de seu trabalho um equilíbrio neurovegetativo, ou seja, o fluir da energia vital integrada entre o somático e o psíquico, desafiando o mito da divisão entre essas duas instâncias.

4- Grotówsky afirma que o criar é, a cada momento, algo novo - não um ato mecânico, mas a expressão de algo natural, orgânico e é dessa forma confessional que a arte da representação atinge sua plenitude. Segundo Reich, só alcança o orgasmo (estado de graça) aquele que se entrega à plenitude de sua natureza, num ato de responsabilidade perante sua própria existência. Quando se distorce o processo natural da vida, encontramos o medo de viver e este só se dissipa ante a vivência plena da própria verdade interior.

II - Treinamento Psicofísico: por que?

Corpo e mente são dimensões diferentes, mas integradas, do fenômeno de estar vivo e perceber conscientemente a própria existência. Segundo Grotówsky, "O significado

²⁷ GROTÓWSKY, Jerzy. Em busca de um Teatro Pobre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 80.

²⁸ Idem, ibidem, p. 32.

²⁹ Idem, ibidem, p. 33.

etimológico de 'individualidade' é 'indivisibilidade' o que significa uma existência completa /.../"³⁰.

A partir dessa perspectiva, utilizarei doravante o termo organismo compreendendo o aparato fisiológico, mental, psicológico, os dados históricos e culturais e o conjunto dos sentimentos e dos vínculos estabelecidos por um indivíduo qualquer, enfim, tudo aquilo de que se compõem sua existência e que é, ao mesmo tempo o meio e a essência de sua expressividade.

É necessário que compreendamos que cada elemento do organismo tem sua função específica e que se integra dinamicamente aos demais componentes, num conjunto de pulsações, pois a vida é sempre movimento - movimento expressivo! Stanley Keleman (*1934) formulador da Anatomia Emocional e do Processo formativo, ensina que:

"Emoções são expressões de um ambiente interno e estão relacionadas a motilidade e pulsação. Esse relacionamento é recíproco: pulsação gera emoção e sentimento. A emoção e o sentimento influenciam a pulsação."³¹.

A ação expressiva é de natureza emocional, traduz um movimento em direção ao meio ambiente e é sinônimo de matéria viva. Expressar-se nada mais é do que permitir que a vida siga naturalmente seu curso. O trabalho de Grotówsky aí encontra sua vocação: permitir que a vida transpasse aquilo que a aprisiona.

"Eu quero eliminar, tirar do ator tudo o que seja fonte de distúrbio. Que só permaneça dentro dele o que for criativo."³²

Suponho que o que restará de criativo é nada mais, nada menos, que a essência do ator como pessoa, aquilo que o dota de uma individualidade particular e que é, portanto, original, fruto da organização única dos elementos de todos os humanos naquele indivíduo. Nas palavras de Grotówsky: "/.../ os símbolos que usamos são formas esqueléticas da ação humana, articulação da psicofisiologia particular de um ator."³³

Claro está que ser ator é uma das possibilidades da expressão criativa do ser humano e, por ser a preocupação básica do presente estudo, será analisada em primeiro plano. Contudo, desejo assinalar que o Treinamento Psicofísico em si, não encerra apenas essa possibilidade, sendo, antes de mais

nada, um instrumento de auto-percepção, abrangendo a totalidade da experiência humana de existir e de perceber sua própria existência.

"Com esses exercícios, procuramos uma conjunção entre a estrutura de um elemento e as associações que o transformam no modo particular de cada ator. Como podemos observar os elementos objetivos e continuar além, em direção a um trabalho puramente subjetivo? Essa é a contradição do representar. É a essência do treinamento".³⁴

Entendo o pensamento de Grotówsky nesta frase, como a síntese da relação entre o ato agressivo/muscular e o emocional/sensível, ou seja, a expressão daquilo que é a unidade do ser, o livre expressar de sua personalidade dentro de uma tarefa estabelecida e que se dá através de seus dons pessoais. Como o próprio Grotówsky nos lembra, um papel é como uma *partitura*, que cada ator representa de sua forma particular.

A tarefa do *Treinamento Psicofísico*, então, visto desta maneira, consiste em possibilitar ao treinando o contato consigo mesmo e, portanto, com aquilo que entrava ou impede sua livre expressão. É necessário que compreendamos bem a natureza de um bloqueio da expressividade, a fim de que possamos intentar sua harmonização com a totalidade humana do treinando. Neste ponto, creio serem úteis os estudos de Wilhelm Reich, no que concerne ao seu trabalho sobre a *Armadura de Caráter* o que, no seu entender, aprisiona a energia vital do ser humano e, portanto, compromete sua expressividade.

"Como a couraça limita o paciente, é claro que sua inabilidade para se expressar faz parte da enfermidade."³⁵

Meu intento, ao incluir o estudo de Reich no presente trabalho, é possibilitar a compreensão de três fatores básicos, que importam ao *Treinamento Psicofísico*, e que são:

1-De que forma e por que motivo o indivíduo limita a expressão de suas emoções e sentimentos, guardando um comportamento estereotipado?

2-O que mantém tal comportamento, quais as bases psicofísicas em que se funda e qual a energia que faz com que permaneça ativo e que, em última análise impede o indivíduo de se parecer consigo próprio?

3-De que forma poderemos reorganizar essas bases, a fim de que o indivíduo possa expressar-se livremente?

³⁰ GROTÓWSKY, Jerzy. Em busca de um Teatro Pobre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 205.

³¹ KELEMAN, Stanley. Emotional anatomy. Berkeley: Center Press, s.d. p.91.

³² GROTÓWSKY, Jerzy. Op. Cit. p. 164.

³³ Idem, ibidem, p. 164.

³⁴ GROTÓWSKY, Jerzy. Op. Cit. p. 196.

³⁵ REICH, Wilhelm. A função do orgasmo. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 150.

Como nos diz Celso Nunes:

"Qualquer pessoa que se aproxime do fazer teatral com o intuito específico de se tornar ator, deve contar com o fato de que seu corpo, mais que um meio de expressão, é a própria expressão de sua arte." ³⁶

É evidente que a expressão de um organismo é balizada pelo seu grau de harmonia funcional. Essa funcionalidade é o resultado dinâmico da soma de todas as funções que o organismo possui e, assim sendo, qualquer intervenção sobre o organismo - quer seja ginástica, exercícios respiratórios ou ainda a aquisição de um novo dado cognitivo - atingirá o organismo como um todo, interferindo em seu funcionamento global e, portanto, em sua expressão. Só se este fato for levado em conta, estaremos realmente agindo com consciência e consistência sobre o organismo do ator e possibilitando a expressão de seu potencial criativo.

Criatividade então, como se depreende dessa colocação, tem como pré-requisito fundamental a livre circulação energética. Não posso conceber como possamos ensinar alguém a fazer isso; tal circulação energética, em alto grau de espontaneidade e de liberdade, só pode ser promovida com a colaboração integral do organismo do ator no processo de desbloqueio daquilo que impede o livre pulsar de sua energia vital. Com relação a essas coisas, todos nós temos muito a aprender - e sempre teremos.

O organismo, para executar ações que visem à criatividade, deve funcionar harmonicamente. E um organismo em harmonia é - necessariamente - sadio. *Harmonia*³⁷ significa a possibilidade de um contato transparente consigo mesmo, numa organização estética e equilibrada de suas partes constitutivas.

Como disse Alexander Lowen (1910-2008), o pai da Bioenergética, "Contato consigo mesmo denota a habilidade de reagir adequadamente às circunstâncias." (LOWEN, 1977)

O ser humano, diferentemente de outras espécies animais, desenvolve uma postura vertical em relação ao solo. Tal configuração de formato expõe suas partes mais sensíveis e macias de seu tronco (abdômen e peito), aumentando dessa forma seu contato com o meio em termos de sensibilidade. Na maioria dos animais, as partes expostas ao meio são recobertas por músculos grandes e fortes, ou por alguma outra proteção natural qualquer. Keleman diz acerca disso:

"Com a exposição da frente macia, são possíveis mais embates íntimos, uma vez que tal postura aumenta a área de contato do sistema nervoso, enriquecendo as informações provenientes dos sentidos da cabeça /.../ contudo, ameaças e perigos serão imediatamente experimentados." ³⁸

Utilizarei aqui o termo *afronta* - que é, resumidamente, a assimetria entre uma excitação externa e/ou interna e a capacidade individual e instantânea para tolerá-la - para referir-me às ocorrências que possam vir a perturbar o organismo em seu equilíbrio. Sempre que o organismo estiver exposto a uma afronta, modificará o seu formato a fim de defender-se dela, ou então atacá-la ou ainda, fugir.

Idealmente (e esse é o padrão que observamos entre os outros animais), o organismo retomaria seu formato quando o estímulo desencadeador da situação não mais estivesse presente; não é o que, no caso dos seres humanos, acontece mais frequentemente. Dada a capacidade humana de simbolizar, a afronta pode fazer-se presente a partir da imaginação do próprio sujeito. Essa manutenção alucinatoria/delirante da presença da afronta é a base da modificação crônica do formato de um organismo, influenciando drasticamente na manutenção de sua verticalidade. Tal padrão, cronicamente modificado, busca formas de compensação do equilíbrio e que torna a reação à afronta, parte contínua de sua própria estrutura.

Tais expressões, cristalizadas numa postura, falam da história de vida do organismo, dos sobressaltos que marcaram seu desenvolvimento, bem como de sua possibilidade expressiva atual. Ou seja, a alteração crônica do formato do organismo tem - como decorrência inevitável - uma nova e compensatória orientação no campo da gravidade.

"Verticalidade, então, é mais do que ficar em pé. É um acontecimento tanto emocional como social, uma organização interna de tubos, camadas, bolsas e diafragmas numa sinfonia excitatória. Verticalidade humana é um ímpeto genético, contudo, requer toda uma rede social e interpessoal para ser realizado." ³⁹

Remover um determinado bloqueio da expressividade passa, então, como se pode perceber, pela reorganização do organismo como um todo, de seu padrão tensional - e portanto, postural - e, em decorrência disto, de uma nova atitude para consigo mesmo e para com seu mundo.

É necessário, então, compreender que o desnudar-se como o propõe Grotówsky, exige muito mais do que técnicas, mas princípios, além de uma profunda sinceridade (tanto do

³⁶ NUNES, Celso. O treinamento psicofísico na formação do ator. São Paulo: ECA/USP, 1982, p. 14 (Dissertação de Mestrado).

³⁷ Harmonia, do Grego *harmón*, significa literalmente "união das partes".

³⁸ KELEMAN, Satnley. *Emotional anatomy*. Berkeley: Center Press, s.d. p. 62.

³⁹ Idem, ibidem, p.62.

treinando como do facilitador do treinamento), que possam levar a um contato real e profundo com o mais íntimo de sua natureza humana. Exige que compreendamos - não só intelectualmente, mas de forma emocional e empática - o significado da máscara, bem como a função compensatória que desempenha no dinamismo do indivíduo.

A máscara da vida demonstra a existência de conflitos do ser humano com seu meio e consigo próprio, conflitos estes que se buscam resolver sempre da mesma maneira (sem criatividade, portanto), denotando, por outro lado, interrupções no desenvolvimento das funções orgânicas ligadas a esse processo de mascaramento.

Se por um lado - frente ao exposto - a ampliação da possibilidade expressiva passa inevitavelmente por uma reeducação do organismo como um todo, os princípios do funcionamento biopsíquico devem ser compreendidos em toda a extensão permitida pelo atual estágio do conhecimento humano, pois qualquer proposta de Treinamento Psicofísico defrontar-se-á inescapavelmente com essas questões e com todas as decorrências de sua não compreensão em termos de dificuldades, insucessos e até de acidentes.

III -Conclusões

1. A operacionalização do treinamento psicofísico

1.1. Princípios:

O treinamento psicofísico deve ser visto como um processo. Como tal, deverá lançar mão daquilo que estiver ao seu alcance em termos de repertórios técnicos disponíveis, desde que sejam observados, tanto os princípios do funcionamento orgânico, como as particularidades de cada treinando.

Toda e qualquer técnica empregada, por mais especificidade que possua quanto a porções determinadas do corpo, deve ser aplicada e avaliada em seus resultados, levando-se em conta a funcionalidade do organismo como um todo.

Outro item importante, se refere à coerência do caminho percorrido a cada momento do treinamento; técnicas como o Hatha-Yoga, utilizadas concomitantemente a exercícios da Bioenergética - por exemplo, compõem uma mistura atritiva e porque não dizer - perigosa, sendo, portanto, desaconselhável. Tal não significa, entretanto, que tais técnicas não sejam passíveis de constar em um programa extensivo de treinamento, cada um em seu devido tempo.

De forma geral, um programa de treinamento psicofísico deve se basear na necessidade particular de cada grupo e das individualidades que o compõem, com flexibilidade suficiente para adequar-se às

mudanças exigidas pelo movimento de auto-descobrimto do grupo a que estiver sendo aplicado. Entretanto, itens fundamentais devem ser observados quanto à composição do programa, tais como a sensibilização, o aquecimento, a mobilização da expressão e, principalmente, a síntese de reorganização. Toda intervenção deve ter começo, meio e fim, num todo organizado em si mesmo, a cada momento recortado do trabalho.

1.2. Fases:

Divido a utilização do treinamento psicofísico em três fases fundamentais, com relação ao caminho do ator, dentro de seu mister artístico:

1.2.1. Durante sua formação em escolas de teatro, fase estã importante e fundamental na facilitação de contato do ator consigo mesmo, com seu potencial expressivo e com suas sensações, emoções e sentimentos. A partir disso e aparentemente em contradição com o princípio grotowskiano de evitar a introspecção, exercícios de sensibilização - claramente introspectivos - não são a meu ver inadequados, uma vez que possibilitem um diálogo do ator consigo mesmo. Diálogo este íntimo e profundo, que promove uma reorganização geral na percepção de seu organismo e, conseqüentemente, com seu "estar no mundo". Tenho a certeza que Grotówsky recrimina a introspecção, pensando em atores em meio a um trabalho de expressão, na direção para fora, portanto. Não devemos confundir introspecção com atitude autista; a primeira, refere-se a um adequado recolhimento, que busca reorganização interior, enquanto a segunda denota um afastamento mórbido do mundo exterior, em decorrência de uma profunda desorganização interior.

É evidente que, em estágios ulteriores da formação do ator, a ampliação dos recursos artísticos através de atividades expressivas deve nortear todo o trabalho, constituindo o treinamento psicofísico numa reciclagem ad aeternum de seu potencial expressivo.

1.2.2. Na execução de seu ofício - ou seja - na preparação de espetáculos e na construção das personagens. Nesta etapa, o treinamento deve ser direcionado para um objetivo determinado pelo texto e pela direção, funcionando como um fator de harmonização entre as exigências do espetáculo e a possibilidade expressiva dos atores.

1.2.3. Na "desintoxicação emocional", para a manutenção do equilíbrio orgânico do ator. Deve ser empregado normalmente após os ensaios e após o espetáculo. É importante que, ao longo de sua formação, o ator desenvolva práticas individuais de reequilíbrio, a partir da manutenção e aprofundamento de seu contato consigo mesmo.

A "intoxicação emocional" tal como a coloco aqui, pode ser vista como uma doença profissional a que o ator está sujeito - a partir desse ponto de vista o treinamento psicofísico teria, nesse contexto, uma aplicação eminentemente profilática.

1. 3. Cuidados:

Para sua adequada instrumentalização, o treinamento psicofísico deve ser feito guardando-se alguns cuidados. A primeira e fundamental recomendação é a de que o facilitador do treinamento tenha uma extensa e profunda vivência pessoal nas técnicas que for utilizar. É de pouca valia e de alto risco, o acompanhamento do treinamento e de seus resultados com base apenas em dados intelectuais de conhecimento técnico. A integração do facilitador com os treinandos deve ser a mais completa possível. Esta recomendação é a síntese de todas as demais.

O tempo de "digestão da vivência" do treinando também deve ser respeitado. Como tudo o que se absorve, as sensações e as descobertas devem ser metabolizadas. O empanturramento nunca é funcional. É claro que, em muitos momentos, o trabalho deve ser intenso, mas o atendimento dessa necessidade pode percorrer caminhos mais apropriados e o conhecimento do funcionamento orgânico facilitará alternativas de eficiência, ao invés de quantidade.

O facilitador não deve se impressionar por liberações catárticas da emoção. As mesmas, em si, não modelam comportamentos emocionais, nem os alteram. É útil compreender que os padrões emocionais são mantidos sobre distorções de expansão e contração; tais fluxos e seu restabelecimento devem ser a meta básica do treinamento, mas não um fim em si mesmo. O treinamento psicofísico deve, de preferência, propiciar um diálogo multidimensional entre os vários níveis de pulsação e suas expressões emocionais.

Tudo isso tem seu tempo, sua digestão, sua solidificação. É a permeabilidade do facilitador, como decorrência de seu trabalho pessoal, que possibilitará a sintonia com esses detalhes críticos, com base no necessário conhecimento técnico, bem como do indispensável bom-senso.

Além disso, na medida em que se estabelece uma relação positiva e franca, de mútuo respeito entre os membros do grupo - incluindo o facilitador - tal configuração social pode funcionar como um mecanismo ritual de proteção.

2. Arte e saúde

Saúde a Arte alicerçam-se sobre o mesmo ponto: harmonia. Tal conceito é muito amplo e obedece a leis universais. Arte e saúde falam de contato, de troca entre as pessoas, de comunicação num sentido lato, de

interpenetração, de empatia e de reconhecimento.

"O ator renasce - não somente como ator, mas como homem - e, com ele, renasço eu." (GROTÓWSKI, 1971, P.11)

A Harmonia transcende os limites da individualidade, abrindo as portas ao Universo, à compreensão da totalidade da Vida. O ritmo da natureza é uma pulsação vital, estética, que perpassa todas as coisas. A única alternativa para se desafinar com essa pulsação é o rompimento do contato, a tensão, a mortificação e a esterilidade.

O sentido de cooperação - decorrente do sentimento de comunhão e coletividade - acaba cedendo ao egoísmo e à superficialidade dos valores cosméticos que mais e mais incorporamos às motivações do nosso viver. A preservação de nossa harmonia é a preservação da vida em cada um de nós. A arte não é o produto do conflito do viver, mas é antes a condição para a preservação da vida, ameaçada muitas vezes por conflitos indissolúveis e é nesse sentido, uma atividade de saúde por excelência. A arte do ator, por caminhar via de regra na trilha do retratar diretamente a experiência humana de viver - recriando-a -, dá espaço à elaboração e compreensão mais profunda da própria existência. Isso é arte... e é saúde.

3. Um caminho para a arte do ator?

O treinamento psicofísico, tal como formulado por Grotówsky é, a meu ver, indubitavelmente propiciador de uma maior expressividade emocional. De todo modo, duas conclusões são inevitáveis:

1- O desbloqueio da expressividade é fundamental ao fazer artístico, mormente com respeito à arte da representação teatral e, portanto, é pré-requisito para ações criativas.

2- Nem toda expressão é criadora ou artística. Expressar livremente suas emoções permite que a sensibilidade seja aumentada, mas isso, em si, não é arte.

Na verdade, o livre trânsito energético (expressividade) é saúde, mas a criação artística e magia! É um estado de consciência muito particular e profundo. É a transcendência da criatura em criação, e isso não pode ser ensinado. Podemos perceber o que impede que isso aconteça e podemos promover sua remoção ou flexibilização mas, com relação ao ato de criar, nada temos a ensinar; pelo contrário, ser testemunha de tal processo é e sempre será um riquíssimo aprendizado.

Por fim, me coloco em plena concordância com Grotówsky, quando diz que "Retiramos do ator aquilo que o prende, mas não lhe ensinamos como criar." (GROTÓWSKI, 1971, p.80)

BIBLIOGRAFIA

- GROTÓWSKY, J. Em busca de um teatro pobre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- KELEMAN, S. Emotional anatomy. Berkeley: Center Press, s/d.
- LOWEN, A. Bioenergética. São Paulo: Summus, 1980.
- NUNES, C. O treinamento psicofísico na formação do ator. São Paulo: ECA/USP, 1982 (Dissertação de Mestrado)
- REICH, W. A função do orgasmo. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- _____. Análisis del carácter. Buenos Aires: Paidós, 1978.
- STANISLÁVSKI, C. A preparação do Ator. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ABSTRACT

This article seeks to clarify the need to adopt a psychoprophylactic approach in the work with actors and students of Scenic Arts. The art of theatrical representation, insofar, as it involves the actor's body and emotions, inevitably slips into his personal organization and subjectivity, at the risk of triggering instabilities and, in extreme cases, emotional and personal disorganization. The focus of this study is the work developed by Jerzy Grotowski at the Laboratory Theater of Wrocław - Poland, in which he investigated what he called the Poor Theater. Such a proposal had as aesthetic formula the art of representation, without the support of the costumes, the scenarios, the makeup and everything but the expression of the actor and his relationship with the audience. In order to achieve his artistic, social and spiritual purpose, Grotowski undertook a deep search of the tensions and difficulties that impeded the free expression of his actors, in an attitude of respect and preservation of his physical and emotional health. In order to broaden the understanding of his concepts and attitudes, I relied on psychologists such as Wilhelm Reich, Alexander Lowen, and Stanley Keleman, who in their research and clinical practice sought a deep understanding of the same elements that Grotowski researched. Finally, the present article synthesizes the principles that must guide the actor's Psychophysical Training from a psychoprophylactic approach.

Keywords: *Theatrical representation, actor's training, theater laboratory, Psychophysical Training, psychoprophylaxis.*

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE HOSPITALAR E DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM CONFORME MODELO DONABEDIAN

Simone Carvalho Santana

Graduada em Enfermagem pela FCEA Santa Rita de Cássia

Prof. Ms. Rafael Annunziato Neto (orientador)

Mestre em Educação e Coordenador do Curso de Pedagogia da FCEA Santa Rita de Cássia

RESUMO

O setor de Saúde difere-se de outros setores existentes, por não possuir uma relação direta e simples entre fornecedores de um produto ou serviço e seus consumidores, e sim envolver a relação direta entre profissionais de Saúde e seus pacientes. Avaliar a qualidade um setor com essa característica torna-se uma tarefa mais complexa, por conta da resistência de aceitação de processos de auditoria por parte das instituições envolvidas e dificuldade em obter informações diretamente com seus pacientes. O modelo de Acreditação Hospitalar introduzido pelo médico e estudioso Avedis Donabedian busca reverter esse cenário através do quadro de avaliação baseado na tríade de estrutura, processo e resultado, envolvendo, sobretudo os profissionais de Enfermagem como parte integrante de toda a avaliação. A pesquisa documental deste artigo tem por objetivo descrever a realização e a avaliação da qualidade no setor de Saúde, através dos profissionais de Enfermagem, demonstrando os resultados trazidos pelo sistema proposto por Donabedian.

Palavras chave: *Qualidade, Avedis Donabedian, Serviços de Saúde, Auditoria, Acreditação Hospitalar.*

Introdução

Segundo Helito (2010), no momento em que se discute a reorganização dos serviços de saúde no Brasil, a avaliação da qualidade destes serviços ganha importância, pois muitos ambientes hospitalares e de saúde possuem resistência para aceitar a abordagem sistêmica do controle de qualidade e da auditoria de enfermagem.

No contexto de qualidade em saúde, segundo Helito (2010), não se pode deixar de citar a atuação da Enfermeira Florence Nightingale que implantou o primeiro modelo de melhoria contínua da qualidade em saúde, em 1854, durante a guerra da Crimeia, baseando-se em dados estatísticos. Além de Florence, outro precursor foi Edwards Deming, um estatístico norte americano que, em 1927, estudou o controle de qualidade juntamente com Walter Shewharts, físico e pesquisador que empregou a estatística para elaborar um método de controle de qualidade.

De acordo com Helito (2010), em 1980 Avedis Donabedian, médico e fundador do estudo da qualidade dos cuidados de saúde, desenvolveu um quadro conceitual fundamental para o entendimento da avaliação de qualidade em saúde, a partir de três conceitos: ESTRUTURA, PROCESSO e RESULTADO.

Segundo Rocha e Trevizan (2011), devido à falta de estudos e artigos publicados sobre a avaliação nos sistemas de qualidade, nos serviços de enfermagem e também na gestão de qualidade destes serviços, é necessário ter precaução em relação ao modelo de gestão de qualidade por não haver muitos estudos que mostram a sua avaliação e os resultados de suas melhorias nestas instituições. Todavia, para a qualificação do pessoal e a precisão ao atendimento dos pacientes, é necessário haver tanto uma supervisão quanto um sistema de gestão de qualidade contínuos.

De acordo com Rocha e Trevizan (2011), foi somente a partir da década de 1990 que este modelo começou a ser praticado no Brasil, sobretudo pela dificuldade encontrada em avaliar e controlar um hospital, principalmente pelo fato desse tipo de instituição encontrar-se em um ambiente complexo, cuja avaliação e implementação deste tipo de serviço gerencial tornam-se complexas, incluindo nessa complexidade seus respectivos profissionais de enfermagem. Trazido por Avedis Donabedian, o sistema tentou seguir o que ele propôs, dando início a melhorias no setor de qualidade que envolve, portanto, os hospitais e seus profissionais.

O objetivo deste artigo é descrever como são realizados e avaliados os serviços de

qualidade na divisão do setor de Enfermagem, conforme o modelo proposto por Avedis Donabedian, através da avaliação de seus métodos e análise de seus resultados e expondo a discussão da revisão da literatura acerca do tema.

Metodologia

A metodologia utilizada neste artigo trata-se de uma pesquisa documental, desenvolvida a partir da revisão bibliográfica onde a revisão da literatura é a busca de informações sobre um determinado tema com a finalidade de sintetizar a produção do conhecimento sobre um problema de pesquisa e proporcionar ao leitor uma compreensão do que existe publicado sobre o assunto. Ao fornecer os resultados das pesquisas, esta metodologia pode auxiliar os profissionais, os pesquisadores e os estudantes em suas tomadas de decisões. Este tipo de estudo pode trazer importantes contribuições sobre como está ou não sendo garantida a qualidade dos serviços de enfermagem conforme o modelo Donabedian.

Ao longo do desenvolvimento deste artigo de revisão bibliográfica, foram pesquisados os conceitos de avaliação em Saúde, Gestão da Qualidade, seus indicadores, bem como sua estrutura, processo e resultados.

1- Setor de qualidade e o modelo proposto por Donabedian

Segundo Rocha e Trevizan (2011) o setor da qualidade dentro do sistema de saúde engloba as partes gerenciais e estruturais, exercendo um controle de forma total e sistemática. Entende-se que este processo traz a estas instituições grandes benefícios através de um controle contínuo que detecta falhas e propõe soluções para a melhoria, diminuindo assim riscos e trazendo benefícios por meio da excelência no atendimento ao paciente de forma correta e sem prejuízos.

Esta etapa de contínuo controle envolve também o aperfeiçoamento do pessoal que contribui para a diminuição de erros e consequentes acertos, impulsionando vantagens e credibilidade ao serviço prestado, introduzindo com objetividade a promoção à saúde, tentando recuperá-la e satisfazendo os pacientes atendidos.

O setor de qualidade dentro de um sistema de Saúde, ao longo dos tempos, vem sendo cada vez mais atualizado para responder às expectativas tanto das instituições, quanto dos clientes atendidos. Com constantes avaliações de seu desempenho e melhorando conforme a direção obtida, através de estratégias inovadoras e ações direcionadas. Os objetivos estabelecidos

têm por intuito a melhora constante e a busca pelo serviço de excelência. Neste sentido, os resultados negativos, através destes dados que vem sendo revisados de forma contínua, definem metas para o aperfeiçoamento deste serviço.

Dias, Ramos e Costa (2010) afirmam que o desenvolvimento do mecanismo de controle na constante busca por melhoria, foi proposto pelo pesquisador norte americano Avedis Donabedian através de sua tríade (**Estrutura, Processo e Resultado**) que enfoca os sistemas de avaliação contínua, com o objetivo de buscar os desvios padrões que possivelmente poderiam ocorrer.

Segundo Kurcgant (2005), **Estrutura** é a característica mais estável da assistência médica ou de saúde: referindo-se aos objetivos e recursos físicos, materiais e financeiros; proporcionando uma assistência de serviços com maior qualidade. Reis (1990) complementa que ela deve englobar também a capacitação de seus funcionários e a organização de seus serviços, objetivando alcançar a excelência; sendo avaliado o processo de instalação, o perfil dos profissionais atuantes e a equipe médica dentro da adequação com normas vigente.

Kurcgant (2005) define que **Processos** são todas as atividades desenvolvidas pelos profissionais de saúde: toda garantia de qualidade e assistência com a excelência que poderá ser prestada ao paciente.

É neste contexto que é realizada uma comparação entre as normas propostas e as ações realizadas por meio das investigações de competência médica da assistência prestada entre profissionais e pacientes, diminuindo a sua permanência dentro do serviço de saúde desde o início de seu diagnóstico até o tratamento recebido. (SILVA e FORMIGLI, 1994; D'INNOCENZO, ADAMI e CUNHA, 2006 e REIS, 1990).

Segundo Kurcgant (2005), **Resultado** é o produto final; a assistência prestada, os processos realizados corretamente, a satisfação e os padrões de qualidade com excelência. Sendo assim, o principal indicador de avaliação de cuidado total, mostra-se sendo o indicador do produto final, com apenas algumas inferências de certos fatores.

Este conjunto, de acordo com Kurcgant (2005), proporciona a análise e busca de um serviço de qualidade, há um elemento complementar para o entendimento do funcionamento total deste setor. Trata-se dos indicadores, que são ferramentas utilizadas para o desenvolvimento organizacional, qualitativo e quantitativo, avaliando as ações propostas e as atividades desenvolvidas.

Para Chiavenatto (2003, p. 454)

Os indicadores de desempenho são sinais vitais de uma organização, pois permitem mostrar o que ela está fazendo e quais os resultados de suas ações. Um sistema de

medição funciona como papel de controle para que a organização ou cada departamento possa avaliar seu desempenho.

De um modo geral, a Comissão de Acreditação Joint Commission on Accreditation of Healthcare Organizations (JCAHO), indica que os indicadores medem se o serviço está funcionando ou não; sendo alguns dos indicadores usados em serviços de enfermagem:

- Incidência de queda de paciente;
- Incidência de extubação acidental;
- Incidência de perda de sonda nasogastrointestinal para aporte nutricional.

Kurcgant (2005) apud Donabedian, (1978) amplia a tríade proposta, afirmando existir também mais sete pilares da qualidade, descritos a seguir:

- Eficácia: Pode ser entendida como a busca por excelência no atendimento com condições adequadas do paciente dentro de suas necessidades;
- Efetividade: São os efeitos das ações realizadas e avaliadas conforme a sua qualidade;
- Eficiência: Avalia o custo benefício de acordo com o menor custo possível, sendo o patamar máximo a ser alcançado;
- Otimização: É o emprego do custo benefício à assistência à saúde, sendo colocado ao máximo o benefício mais vantajoso em relação ao serviço;
- Aceitabilidade: Relaciona-se com as expectativas do paciente e também a efetividade do custo benefício, buscando a melhor relação entre médico e paciente;
- Legitimidade: É a aceitabilidade e conformidade com as normas estabelecidas;
- Equidade: É a distribuição igual do serviço a todos é aceitável a sociedade.

As instituições hospitalares têm como missão atender a seus pacientes de forma adequada e humanitária, preocupando-se com a melhoria contínua e permanente da qualidade de sua assistência; buscando uma integração das áreas médica, tecnológica, administrativa, econômica e em algumas organizações de pesquisa e ensino. (BRASIL, 2002). Dessa forma, a avaliação da qualidade na assistência à saúde deve permear todos os pilares qualidade acima descrito.

O programa de Acreditação Hospitalar é parte importante desse esforço para melhorar a qualidade da assistência prestada pelos hospitais brasileiros.

Desde 1997, através da Portaria nº 1882, de 18 de dezembro de 1997, que estabelece o Programa de Atenção Básica, o Ministério da Saúde vem persistentemente investindo em

palestras, com o objetivo de padrões e níveis de qualidade. Ou seja, pode-se afirmar que o desenvolvimento do Programa de Acreditação Hospitalar é uma necessidade em termos de eficiência e é uma obrigação do ponto de visto Ético. (BRASIL, 2002)

A Portaria GM/MS nº 538 de 17 de abril de 2001 reconhece a Organização Internacional de Acreditação (ONA) como a instituição competente e autorizada a operacionalizar o desenvolvimento do processo de acreditação hospitalar. Por conta desse reconhecimento, o Ministério da Saúde e a ONA tornaram-se parceiros em todas as fases do processo de elaboração, desde as habilitações credenciadoras até a certificação de hospitais. (HELITO, 2010). Os padrões exigidos são:

Nível 1 (Segurança e Estrutura): Suas exigências contemplam o atendimento aos atendimentos básicos da qualidade e a assistência prestada ao paciente. Qualificação profissional e estrutura básica adequada à demanda;

Nível 2 (Organização): As exigências desse nível contemplam evidência de planejamento, organização da assistência referente à documentação, controle, treinamento e práticas de auditorias internas.

Nível 3 (Prática de Gestão de Qualidade): Por fim, as exigências desse nível buscam evidências de melhoria contínua em termos de estrutura, novas tecnologias, atualizações profissionais, rotinas padronizadas e avaliadas em foco na busca de evidências.

De acordo com Helito (2010), acreditação de organizações de saúde teve sua origem nos Estados Unidos, em 1953. O processo de acreditação americano é regulamentado pela organização Joint Commission on Accreditation of Healthcare Organizations (JCAHO), designada atualmente pelo nome Joint Commission International (JCI), que no Brasil é representada pelo Consórcio Brasileiro de Acreditação de Sistemas e Serviços de Saúde (CBA).

Ainda Helito (2010), afirma que acreditação, segundo a metodologia da JCI, ocorre através da avaliação baseada em padrões, aplicada às instituições de saúde. A meta é estimular melhoria contínua e aplicar padrões e indicadores de consenso internacional.

No ano de 2003 ocorreu, juntamente com o CBA, a revisão do manual utilizado e alguns itens com maior ênfase na segurança do paciente, eventos adversos inesperados, gerenciamento da dor e cuidados aos pacientes terminais. (HELITO, 2010).

Outra organização de acreditação reconhecida é a canadense Canadian Council on Health Services Accreditation (CCHSA), cujo processo avalia a excelência em gestão e, principalmente, a assistência segura do paciente. Esse processo tem caráter educativo, voltado para

melhoria contínua, com base na criação de protocolos e fluxos de atendimento assistencial. (HELITO, 2010).

Uma das áreas de grande contribuição para garantir a excelência em todos os processos é a auditoria e melhoria da qualidade, pois abrange Serviços de Saúde e Enfermagem, Contas Hospitalares e Gestão de Risco com Foco Profissional. (HELITO, 2010).

A auditoria teve sua origem na área contábil, porém seu maior desenvolvimento foi na Inglaterra durante a Revolução Industrial, no século XVII, face às necessidades das grandes empresas. Na área da saúde ela apareceu pela primeira vez no trabalho realizado pelo médico George Grav Ward, nos Estados Unidos, em 1918 com a verificação da qualidade prestada ao paciente por meio dos registros de seu prontuário. (HELITO, 2010).

De maneira geral, a auditoria é a avaliação sistemática e formal de uma atividade. Ou seja, pode-se definir que a auditoria de enfermagem, é a avaliação da qualidade de sua assistência. Esta é verificada por meio de prontuários dos pacientes, assistências prestadas e padrões de assistências consideradas aceitáveis. De maneira geral, as auditorias são classificadas em Estrutura, Processos e Resultados, conforme o controle de qualidade que se deseja realizar: (HELITO, 2010).

Auditoria de Estrutura: Monitora o local onde se dá o cuidado ao paciente, os serviços de enfermagem e os registros e o ambiente;

Auditoria de Processo: É empregada para analisar os cuidados que foram prestados. O processo de enfermagem conhecido como Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), permite que, uma vez elaborado, executado e registrado, seja possível auditá-lo e assim estabelecer a competência do enfermeiro e a qualidade da assistência prestada;

Auditoria de Resultados: Possibilita verificar as mudanças no estado de saúde do paciente, prestadas ao serviço de atendimento à saúde.

Enquanto a aplicação da auditoria interna contribui para avaliar o processo de enfermagem, comparar prontuários e setores, sendo necessária para que seja possível padronizar as diversas áreas de atuação da enfermagem, a aplicação da auditoria externa torna-se necessária para identificar as áreas deficientes de serviço, fornecendo assim dados para formação de treinamentos e atualidades para melhoria de projetos e serviços de enfermagem. (HELITO, 2010).

D’Innocenzo, Adami e Cunha (2006); Helito (2010) e Feldman e Cunha (2005) se preocupam com a qualidade da assistência de enfermagem desenvolvendo avaliação contínua dos cuidados prestados aos pacientes. A

assistência de enfermagem deve ter como finalidade a contínua melhoria da prestação dos serviços, bem como a definição de estratégias para alcançá-la, levando em consideração o custo-benefício. A eficácia das estratégias empregadas para alcançar a qualidade dos cuidados de enfermagem somente poderá ser visualizada mediante avaliações criteriosas e contínuas.

A enfermagem tem que ouvir a opinião dos pacientes sobre a qualidade dos cuidados prestados, utilizando essa estratégia como ferramenta para implementar novos métodos de trabalho que se adaptem aos serviços e resultem em atendimentos humanizados e com qualidade. (LOPES, 2007).

2. Analisando a questão prática com olhar do usuário

Ao avaliar o desempenho, dos serviços de Saúde da população brasileira em relação aos serviços de enfermagem, Dias, Ramos e Costa (2010) notaram que houve um enorme interesse por parte dos usuários na satisfação destes serviços. No âmbito da Saúde Pública, para o seu aprimoramento, é mais do que necessário o debate de políticas públicas que visem à melhoria em busca de constantes mudanças e aprimoramentos, objetivando uma população mais saudável, visando à prevenção de desperdícios. Porém, no Brasil a falta de incentivos e investimentos nesta área torna este serviço ineficaz, tanto para os profissionais que atuam, quanto para os seus consumidores/pacientes.

Segundo Reis (1990), verificar o ponto de vista do paciente, engloba-se frequentemente o processo de resultado final. Baseados em aspectos técnicos e estruturais da qualidade e da atenção recebidas, percebe-se que o paciente tem uma percepção individualizada, não sendo tão completa em relação ao que é a avaliação do resultado final. Isto pelo fato do paciente ter sua percepção no interesse pessoal do médico e pelo seu estado de saúde. Observa-se ainda se a triagem feita por parte da Enfermagem foi feita por pessoas treinadas, se há demora no atendimento médico e se o diagnóstico e o tratamento foram satisfatórios.

Em seu modelo apresentado, Donabedian (1978) apud LEBOW, (1974) afirma que “a satisfação dos serviços de saúde também deve ser medida através dos profissionais envolvidos”. Neste sentido, a avaliação não pode ser um parâmetro definitivo e nem um indicador direto ou indireto, sendo somente um instrumento de pesquisa, mostrando uma avaliação total da qualidade destes serviços prestados.

A análise nos sistemas de Saúde, de acordo com Freitas (2014), verificou-se que os profissionais de saúde têm o setor de qualidade

como um bom setor de organização, pois apresenta uma metodologia contínua e rotineira, tendo também programas de incentivo de aprimoramento dos profissionais, (por meio de estudos, como exemplo) fazendo com que o hospital tenha uma padronização direcionada à eficiência. Mas ao desempenhar o seu papel, a enfermagem designa uma supervalorização das necessidades psicobiológicas dos pacientes tentados em hospitais em exclusão das demais. Ficando faltando os cuidados essenciais, tais como: oferecimento de apoio espiritual e/ou religiosa, intervenção de um profissional nos aspectos psíquico-sociais, que diminuiria riscos, iminentes a saúde mental do paciente, como o estresse ou a depressão. Não se tornando assim, um cuidado humanizado e nem uma abordagem integrativa, pois os profissionais no seu dia a dia vivenciam a lotação dos hospitais, a mão de obra escassa, excessiva carga horária e múltiplas tarefas. Impedindo-os de fornecer os cuidados de enfermagem necessários.

Para Freitas (2014), assistência de enfermagem faz com que o setor da qualidade promova um direcionamento na execução de seus trabalhos com importante papel neste contexto, de aperfeiçoamento técnico, científico e de conscientização da humanização necessária entre profissional e paciente. Faltando apenas a este setor os investimentos necessários.

Feldman e Cunha (2005) e Freitas (2014) concluíram que, apesar dos inúmeros problemas enfrentados pelos profissionais de enfermagem, os pacientes consideram os serviços prestados satisfatórios.

3. Considerações finais

A análise documental da avaliação da qualidade assistencial no setor de enfermagem, fundamentada no modelo Avedis Donabedian, por meio da análise da literatura científica, bem como, analisar do ponto de vista prático, permitiu verificar as potencialidades e as deficiências que impedem o funcionamento deste setor nos serviços de Enfermagem.

Pôde-se verificar e concluir, do ponto de vista teórico, que há um déficit de qualidade dos cuidados de enfermagem prestados na instituição, assim como o nível de satisfação dos pacientes com os cuidados da enfermagem recebidos. É preciso salientar que o fato dos pacientes estarem insatisfeitos, não tem a ver com a maneira que os profissionais lidam com suas tarefas, porém percebe-se que o problema é ainda maior, pois se trata de um problema de ordem governamental como, por exemplo: falta de programas de incentivos e verbas por parte dos governos para a área de saúde. O que compromete em demasia a prática e a eficiência destes serviços.

A análise documental demonstrou, que o setor de qualidade é imprescindível ao sistema de Saúde. Pois mostrou ser um sistema de contínuo aprimoramento, através de avaliações e resultados por meio dos indicadores, e que com os seus devidos investimentos, num futuro próximo, pode-se ter um sistema ideal de controle e resultados contínuo para saúde dos usuários.

Avedis Donabedian, com seus estudos e artigos publicados, vem enriquecer o debate acerca deste estudo. Visto que é o principal autor ao relatar sua preocupação com os sistemas de Saúde, permitindo que se chegue à conclusão da importância das creditações no serviço de saúde, garantindo a segurança ao paciente e aos profissionais envolvidos na melhoria contínua da qualidade.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de assistência à Saúde. **Manual Brasileiro de Acreditação Hospitalar**. Brasília: 2002. 108 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde: Gabinete do Ministro. *Portaria nº 538 de 17 de Abril de 2001*. Brasília: 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde: Programa de Atenção Básica – PAB. *Portaria nº 1882 de 18 de Dezembro de 1997*. Brasília: 1997.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Campus, 2005.
- DIAS, Orlene Veloso; RAMOS, Laís Helena; COSTA, Simone de Melo. Avaliação da Qualidade dos Serviços de Saúde na Perspectiva da Situação dos Usuários. **Revista Pró-UniverSUS**. v.1, p. 11-26, jul./2010.
- D'INNOCENZO, Maria; ADAMI Nilce Piva; CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm. O Movimento pela Qualidade nos Serviços de Saúde e Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**. jan./2006.
- Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000100016>. Acesso em 10 abr 2016.
- DONABEDIAN, Avedis. **The Quality of Medical Care**. *Science* 200, 1978.
- FELDMAN, Liliane Bauer; GATTO, Maria Alice Fortes; CUNHA, Isabel Cristina Kowal Owa. História da Evolução da Qualidade Hospitalar: Dos Padrões à Acreditação. **Acta Paulista de Enfermagem**. v. 18, n.2, p. 213-219, abr./jun.2005.
- FREITAS, Juliana Santana de et al. Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e Satisfação do Paciente Atendido em um Hospital de Ensino. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 22, n. 3, p. 454-460, jun./2014. ISSN 1518-8345. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/86599/89510>>. Acesso em: 06 nov. 2016.
- HELITO, Renata Almeida Barros. et al. **Indicadores, Auditorias, Certificações - Ferramentas de Qualidade para Gestão em Saúde**. São Paulo: Martinari, 2010. 2ª Ed.
- KURCGANT, Paulina et al. **Gerenciamento em Enfermagem**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2005. 212 p.
- LEBOW, Jay. L. Consumer Assessments of the Quality of Medical Care. *Science* 200, 1974.
- LOPES, Juliana de Lima et al. **Satisfação de Clientes sobre Cuidados de Enfermagem no Contexto Hospitalar**. São Paulo, 2007. Disponível em <<http://www2.unifesp.br/acta/pdf/v22/n2/v22n2a4.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2016.
- MARX, Lore Cecília. **Competências de Enfermagem: Sedimentadas no Sistema Primary Nursing**. Petrópolis: EPUS, 2006. 184p.
- REIS, Eduardo J. F. B. dos et al. **Avaliação da Qualidade dos Serviços de Saúde**. v.6, n.1, pp.50-61, 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1990000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 out. 2016.
- ROCHA, Elyrose Sousa Brito; TREVIZAN, Maria Auxiliadora. Gerenciamento da Qualidade em um Serviço de Enfermagem Hospitalar. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 35-44, mar./abr.2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n1/12432.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2016.
- SEBRAE. **Manual de Ferramentas da Qualidade**. 2005. <Disponível em <http://easy-sabre.com/1908357065/SEBRAE>>. Acesso em 13 set. 2010
- SILVA Maria da Conceição Monteiro et al. Programa Saúde da Família: Contribuições para uma Reflexão sobre a Inserção do Nutricionista na Equipe Multidisciplinar. **Revista Nutrição**. Campinas, v.15, p. 255-266, set./dez. 2002
- SILVA, Ligia Maria V. da; FORMIGLI, Vera Lúcia. Avaliação em Saúde: Limites e Perspectivas. **Cadernos de Saúde Pública**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 80-91. 1994.
- The Joint Commission. **Joint Commission International (JCI)**. Disponível em <https://www.jointcommission.org/accreditation/accreditation_main.aspx>. Acesso em 14 set. 2016.
-

ABSTRACT

The Health sector differs from other existing sectors, as it does not have a direct and simple relationship between suppliers of a product or service and its consumers, but rather involves the direct relationship between Health professionals and their patients. Evaluating the quality of a sector with this characteristic becomes a more complex task, due to the resistance of acceptance of audit processes by the institutions involved and difficulty in obtaining information directly with their patients. The Hospital Accreditation model introduced by doctor and researcher Avedis Donabedian seeks to revert this scenario through the framework of evaluation based on the triad structure, process and result, involving Nursing professionals especially as an integral part of the whole evaluation. The documentary research of this article aims to describe the performance and quality evaluation in the Health sector, through Nursing professionals, demonstrating the results brought by the system proposed by Donabedian.

Key words: *Quality, Avedis Donabedian, Health Services, Audit, Hospital Accreditation.*

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS: IMPACTO DA IFRS 9 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS SEGURADORAS NO BRASIL*

Marcelo Barreto Crote

Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
Coordenador dos Curso da área de gerenciais da FCEA Santa Rita de Cássia

**Artigo escrito a partir do Mestrado em Ciências Contábeis pela FECAP, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Elionor Farah Jreige Weffort e do Prof. Dr. Marcos Reinaldo Severino Peters, ambos da FECAP e do Prof. Dr. Antonio Benedito Silva Oliveira, da PUC de São Paulo/SP.*

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi analisar os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras das seguradoras brasileiras, em virtude da emissão da IFRS 9, que altera a classificação dos instrumentos financeiros para mensuração. Foram selecionadas as cinco maiores seguradoras com base em seus ativos operacionais e financeiros que servem para compor a garantia de cumprimento de suas obrigações. A partir das suas demonstrações financeiras, foi feita a reclassificação dos títulos mantidos até o vencimento, que estavam mensurados pelo custo amortizado. Em seguida, foi feita uma estimativa após a reclassificação, para analisar a diferença entre as classificações do IAS39 e o IFRS9. Com isso, foi possível verificar o impacto nas contas de instrumentos financeiros no momento da reclassificação e de forma subsequente, por meio da estimativa elaborada pela variação da taxa de juros do ETTJ, extraída da Susep. Dessa forma, foram demonstradas suas diferenças, decorrentes da marcação a mercado e variação de taxa de juros. A consequência de mercado é que a mensuração pelo valor justo demonstra maior transparência e a importância das informações contábeis para usuários externos.

Palavras chave: *IFRS, Instrumentos Financeiros, Classificação, Mensuração, Valor justo, Custo amortizado.*

1 – Introdução

Com a mudança das normas de contabilidade, o mundo dos negócios vem mostrando o quanto é importante obter as informações contábeis de forma clara, para trazer uma transparência sobre a situação econômica e financeira das companhias que têm ações em bolsa de valores. As instituições financeiras são uma das principais companhias que fazem parte do mercado acionário, e precisam estar claramente expostas, já que possuem

instrumentos financeiros, os quais são a garantia de cumprimento com seu passivo.

Os instrumentos financeiros são meios que os investidores utilizam para fazer seus recursos financeiros evoluir e aumentar suas riquezas, para haver um equilíbrio entre riscos e manter a segurança de seus recursos financeiros.

O IASB vem divulgando alterações e novas normas com vistas a harmonizar o padrão da contabilidade internacional, junto ao *Financial Accounting Standards Board* – FASB, para que, dessa maneira, tenha-se um padrão único de contabilidade às demonstrações financeiras.

Quando da publicação da norma *International Accounting Standards* – IAS 39, de reconhecimento e mensuração para os instrumentos financeiros, as seguradoras e instituições financeiras tiveram muita dificuldade na sua execução. Com isso, o IASB precisou substituí-la, projetando uma nova, chamada pelo *International Finance Reporting Standards* de IFRS 9 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (IFRS 9, 2015).

No Brasil, as normas são expedidas por um órgão normatizador, conhecido como Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Quando o IASB pronuncia uma nova norma ou mesmo altera

uma já existente, o CPC traduz a que foi apresentada pelo IASB e procura harmonizá-la com as regras e leis brasileiras.

O IFRS 9 demonstra a nova forma de reconhecimento e mensuração para ativos e passivos financeiros. Nesse cenário, houve grande modificação para os critérios de classificações de seus instrumentos financeiros, procurando uma forma mais clara e objetiva de executar suas políticas de classificação desse instrumento.

A IAS39 tem quatro critérios de classificação e o IFRS9 tem dois critérios de classificação que será apresentada na tabela 1:

A tabela 1, abaixo, representa a estrutura das normas atuais em vigor:

Tabela 1 - Comparativo entre IAS39 x IFRS 9

Período	Classificação IAS 39	Classificação IFRS 9
Curto Prazo	Disponível a valor justo	<i>Fair value Option</i>
Longo Prazo	Empréstimo e Recebíveis	<i>Fair value – Other Condition Income</i>
	Disponível para venda	
	Mantidos até o vencimento	

Embora apresentem semelhanças quanto à metodologia de cálculo, os títulos de longo prazo têm variáveis que podem afetar o resultado de reconhecimento e mensuração dos títulos.

Após a mudança da norma, muitas seguradoras e instituições financeiras que utilizam esses instrumentos passaram a se preocupar com o efeito que a reclassificação dos seus títulos em carteira poderá trazer ao seu resultado e à sua demonstração financeira, devido à marcação a mercado (*Market-to-Market* – MtM). Isso porque os critérios de classificação são definidos pelo valor justo ou custo amortizado, todos sendo marcados a mercado; ou seja, se colocados a valor justo, afetam o resultado da demonstração financeira, principalmente pela base patrimonial. Dessa forma, dão mais transparência à tomada de decisão.

Esses títulos são capitalizados por meio de uma taxa de juros ou indexação para rendimento do título, segundo a mudança econômica do país, ou até mesmo mundialmente.

Os critérios de classificação estabelecidos no momento da compra do instrumento financeiro são classificações contábeis necessárias, para ser registradas, escrituradas e apresentadas nas demonstrações financeiras e em suas notas explicativas (IAS 39, 2015). Com este estudo, buscou-se analisar o efeito da reclassificação dos títulos nas demonstrações contábeis das instituições financeiras, com a seguinte questão abordada:

Qual é o impacto da reclassificação do instrumento financeiro na demonstração

financeira das 5 maiores seguradoras brasileiras, devido à mudança para a nova norma (IFRS9) de instrumentos financeiros, para o seu reconhecimento e mensuração?

Foram utilizadas as publicações disponíveis ao público no relacionamento com o investidor – RI, das maiores seguradoras brasileiras com ações em bolsa. Isso para demonstrar como é apresentada ao usuário externo a política contábil estabelecida pela seguradora, conforme a circular 3.068/01 do Banco central do Brasil – Bacen.

Como objetivo foi identificar e analisar os efeitos causados nas demonstrações financeiras com a reclassificação dos instrumentos financeiros, devido à alteração das normas de instrumentos financeiros definidos pelo IFRS 9 nas cinco maiores seguradoras que operam no Brasil.

Finalmente, este estudo contribui para o debate sobre o reconhecimento e a mensuração do instrumento financeiro ao valor justo, e o impacto que as seguradoras terão no momento da reclassificação do título para a norma do IFRS9, apresentando a importância da transparência da informação contábil.

2 – Referencial Teórico

2.1 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são títulos de valores mobiliários – TVM. Segundo Mattos (1985), é um título de crédito para negociação,

em que há a atuação governamental na regulação, o Bacen e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para usá-lo como forma de capitalização de empresas, pelo acesso ao público detentor de poupança. Quanto às seguradoras, a Susep o utiliza como um ativo garantidor para cobertura do passivo.

Já existia uma bolsa de valores livre, chamada de BOVESPA (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo), em que eram negociadas essas ações, via balcão. Além das ações, havia as debêntures de empresas que precisavam de recursos para novos projetos, e de certa forma, traziam novos investidores, visto que elas podem ser convertidas em ações, chamadas de valor mobiliário. Em 1976, vieram a CVM e as leis 6.385/76 e 6.404/76, da sociedade por ações, como já relatado (Lei n. 6.385, 1976).

Os TVM são instrumentos financeiros disciplinados pela CVM e colocados em mercados de balcão nas bolsas de valores para obter rendimentos financeiros, pela capitalização dos títulos. Esses instrumentos são compostos por títulos de dívida, podendo ser pública ou privada, capitalizados por taxas de juros e indexador de inflação, ações de companhias colocadas a mercado e derivativos para contratos futuros.

As instituições financeiras brasileiras anunciaram a utilização das normas internacionais das IFRSs para consolidar o balanço, desde a Circular nº 3.068 pronunciada pelo Bacen. As seguradoras, por sua vez, devem estar de acordo com as exigências da Susep, conforme Circular nº 224, de 13 de dezembro de 2002, e têm se atualizado segundo os novos pronunciamentos emitidos pelo IASB (Circular n. 3.068, 2001).

Os instrumentos financeiros para as instituições financeiras são colocados com o atributo de gerenciamento de risco, com categorias para sua mensuração (Bischof & Ebert, 2014), e são utilizados na cobertura de seus passivos.

2.2 – Reconhecimento de Instrumentos Financeiros

A partir da globalização, as instituições financeiras e seguradoras viram a necessidade de harmonização contábil na base da contabilidade internacional, e conseqüentemente, em suas demonstrações financeiras, para uma informação contábil confiável e transparente

Como exposto por Saraiva, Alves e Gabriel (2015), foi necessário harmonizar a contabilidade internacional com o resultado da globalização, o funcionamento da economia e os investimentos em diferentes países, ou seja, em bolsas de valores internacionais.

Para que fosse possível harmonizar a metodologia de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros de forma mundial, após a crise de 2008, o IASB ganhou força, sendo nomeado um dos principais órgãos normatizadores. Iniciou um projeto para melhoria da norma de instrumentos financeiros que pudesse substituir a IAS 39 – *Financial*

Instruments: Recognition and Measurements – a qual, devido sua complexidade de execução dentro das instituições financeira, precisou ser alterada, focando mais a transparência e comparabilidade nas publicações – a IFRS 9, a ser discutida no próximo capítulo.

Quando se trata de contabilidade internacional, no Brasil, o Banco Central foi o pioneiro a exigir a adoção às normas do IASB, pelo comunicado nº 14.259, de 10 de março de 2006, para as publicações consolidadas a partir de 31 de dezembro de 2010 (Comunicado n. 14.259, 2006). Nesse cenário, as demonstrações financeiras devem ser consolidadas, não mais individuais. Conseqüentemente, as seguradoras precisaram se adequar às normas e seguir o novo padrão da consolidada, já que o mercado segurador tem uma instituição financeira para gerir seus instrumentos financeiros - circular nº 483, de 06 de janeiro de 2014 (Circular n. 483, 2014), executando a cobertura de seus passivos.

O reconhecimento e a mensuração são, historicamente, um dos grandes problemas enfrentados pelas seguradoras com seus TVM, pois estavam à disposição de dois tipos de reconhecimento: um pelo valor de mercado (valor justo), e o outro pelo custo histórico (Fuji, 2008). Essa abordagem vinha sendo trazida pelos EUA até o FASB na década de 1990, o qual fez três pronunciamentos: *Statement of Financial Accounting Standards* – SFAS, o SFAS 107 (1991), SFAS 115 (1993) e o SFAS 133 (1998).

Em 2007, os EUA, preocupados com as demonstrações financeiras para investidores, publicaram o SFAS 159 *Fair Value Option for Assets and Financial Liabilities*, em que colocou seus TVM a valor justo, expandindo, assim, o uso dessa mensuração (FASB, 2007). Com a inclusão do SFAS 159, pode-se observar o impacto sobre a adoção do valor justo nas demonstrações financeiras, em razão das características de reconhecimento e mensuração a ser adotadas pelas empresas americanas (Henry, 2009).

No Brasil, ainda existe uma grande preocupação sobre possíveis impactos na reclassificação dos instrumentos financeiros, quanto à norma que entrará em vigor obrigatoriamente no ano de 2018, como apresentado pelo IFRS9 (IFRS, 2015).

Posteriormente, o Poder Legislativo se pronunciou com a lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, alterando a lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, consolidando com as normas emitidas pela CVM, colocando-se em consonância aos padrões internacionais de contabilidade para o mercado de valores mobiliários (Lei n. 6.404, 1976). Com isso, surgiu o órgão normatizador brasileiro, o CPC. Esse órgão se baseia na norma publicada pelo IASB, por meio da IFRS, a interpreta e a adequa às regras nacionais.

Em julho de 2014, o IASB apresentou a IFRS 9 completa, com alterações limitadas aos requisitos de classificação e mensuração dos ativos financeiros, abordando uma gama de questões de aplicação e introdução da classificação de *Fair value through Other*

Comprehensive Income – FV-OCI, na categoria de medição para instrumentos financeiros de dívida simples. Também foi adicionado o *impairment* para contabilizar as perdas esperadas da entidade em seus ativos financeiros.

Até o momento atual, as instituições financeiras com atividades no exterior já estão adaptando suas demonstrações financeiras para implantar o IFRS 9 dentro da instituição, conforme a nota explicativa do banco Itaú (2016):

Nota 2.2 – *Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes, no*

item b) *Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros dizendo sobre IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento visa substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.* (Itaú, 2016 p. 28).

2.2.1 – Aspectos gerais de Reconhecimento e Mensuração

No IAS 39, o investidor decidia no momento da compra o critério a ser adotado para reconhecimento e mensuração do título, como demonstrado na tabela 2:

Tabela 2 - **Resumo do IAS39**

Categoria	Descrição	Avaliação a valor justo	Avaliação a custo amortizado
Empréstimos e Recebíveis	Ativos não cotados, gerados ou adquiridos, sem que haja intenção de venda do ativo no curto prazo	Não	Sim
Mantidos até o vencimento (MAV)	Ativos de dívida de terceiros com prazo fixo adquiridos pela entidade com a intenção e capacidade de mantê-los até o vencimento.	Não	Sim
Disponível ao valor justo (DVJ)	<ul style="list-style-type: none"> Ativo ou passivos financeiros denominados como “disponíveis para negociação” em curto prazo Todos os derivativos (exceto os que se enquadram em estruturas de hedge). Qualquer item designado como tal na origem, incluindo obrigações. 	Sim, para o resultado	Não
Disponível para venda (DAV)	<ul style="list-style-type: none"> Todos os ativos não incluídos nas categorias acima. Aqueles designados inicialmente pela entidade nessa categoria. 	Sim, com o registro no patrimônio líquido, a menos que exista evidência de materialização de perda. Juros são contabilizados no resultado com base na TJE.	Somente se não tiver o valor justo confiável.

Fonte: Adaptado de “Manual de normas internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras”, Ernest & Young, Fipecafi, 2. Ed. São Paulo, Atlas. (2010)

Com o IFRS 9, o IASB modificou a metodologia de definição de critérios e como escolher o critério no momento da compra. Isto é, anteriormente, a instituição definia qual critério iria utilizar quando comprasse o título, e atualmente, envolve o critério de negócio com o qual o título será abordado. Assim, o IASB minimizou os critérios de classificação em duas categorias.

Como demonstrado para o IAS39, seguem os critérios de classificação e seus efeitos para o IFRS9, segundo a tabela 3:

Tabela 3 - **Resumo do IFRS9**

Classificação	Descrição	Avaliação a valor justo	Avaliação a custo amortizado
Fair value option	<ul style="list-style-type: none"> Ativos ou passivos financeiros determinados a curto prazo. Todos os derivativos (exceto os que se enquadram em estruturas de hedge). Qualquer item designado como tal na origem incluindo obrigações 	Sim, com o registro diretamente no resultado.	Não
Fair value Other Comprehensive Income (FVOCI)	Todos os ativos não incluídos na categoria acima e que estejam designados a longo prazo	Sim, marcado a mercado depois de amortizado sua receita ou custo.	Sim, todos serão aplicados o custo amortizado ou no caso de ativo “receita amortizada”.

Compra do título e avaliação do critério a ser adotado: A instituição deverá saber para qual tipo de negócio o título será designado, em que irá definir seu método de mensuração; ou seja, os títulos destinados a curto prazo vão para o Fair Value Option, e os que estão destinados a ficar com a instituição por longo prazo, para o FVOCI.

3 – Dados e Métodos

3.1 – Seleção das empresas e obtenção de relatórios

Para este estudo, foram utilizadas as demonstrações consolidadas das seguradoras que operam no Brasil, publicadas em 31 de dezembro de 2015. O foco foi nas instituições financeiras que compõem o quadro econômico-financeiro do ramo de mercado segurador deste País: seguradoras, previdência privada e capitalizações consolidadas, segundo norma do IFRS, Bacen e Susep.

Nos sites das seguradoras, procurou-se localizar onde estavam informados os dados sobre os instrumentos financeiros. As informações foram disponibilizadas em 31 de dezembro de 2015, em notas explicativas e demonstrações contábeis, pelo link “Relações com Investidores”. Registra-se que, para algumas seguradoras, os dados foram difíceis de ser localizados. Foi encontrado, pelo site do Sindicato das Empresas de Seguros, Resseguros e Capitalização, o ranking de ativos por produto e ativos financeiros, como demonstrado na tabela 4, adiante:

Tabela 4 - Participação percentual das seguradoras analisadas no estudo

Seguradora	2015	%
GRUPO BRADESCO SEGUROS S.A	R\$ 30.623.208.967	19,03%
BRASILPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A	R\$ 30.471.951.021	18,94%
GRUPO ITAÚ SEGUROS	R\$ 17.883.717.949	11,11%
GRUPO BB MAPFRE	R\$ 15.217.351.114	9,46%
GRUPO CAIXA SEGUROS	R\$ 8.513.862.544	5,29%
TOTAL ESTUDADO	R\$ 102.710.091.595	63,83%
TOTAL DE MERCADO	R\$ 160.921.536.569	100%

Fonte: Recuperado de “Ranking das seguradoras – Jan a Nov 2015” Castiglione, L. (2016), Sindicato das Empresas Seguradoras, Resseguradoras e Capitalização – Sindsegs.

Devido o objetivo desta pesquisa projetaram-se as reclassificações dos instrumentos financeiros e analisou-se em determinada população, sem manipulá-las ou estabelecer relações entre as variáveis e a pesquisa de base foi descritiva.

O processo foi uma pesquisa quantitativa, ligada à quantificação de dados obtidos nas publicações de balanço apresentado pelas cinco maiores seguradoras. Para esse tipo de pesquisa, foi necessária a projeção por técnica estatística de porcentagem, média e proporção, para trazer a análise da relação entre as variáveis e determinar relações de causalidade entre fenômenos.

Todos esses tipos de seguradoras precisam de instrumentos financeiros para cobrir seu passivo. E segundo normas de instrumentos financeiros, elas precisam definir o critério e a classificação a ser adotados para o título de valor mobiliário comprado para sua carteira. Com vistas à extração dos critérios de classificação e ao

encontro dos valores mobiliários em carteira, foram analisadas as notas explicativas de instrumentos financeiros.

Dentre todas as seguradoras relacionadas pelo ranking divulgado pelo Sindsegs (2016), foram estudadas as cinco maiores, que possuíam todos os critérios de classificação contábil em suas notas explicativas, publicadas em suas demonstrações contábeis no diário oficial e jornais de grande circulação. Os dados foram obtidos pelo RI da empresa para divulgação ao investidor. Essas representam 63,83% do mercado segurador em produtos, conforme Sindsegs, e são inscritas na Susep.

Devido à necessidade de reclassificação, foram analisadas as seguradoras com grande diversidade sobre o seu gerenciamento de risco; ou seja, que apresentavam diversidade sobre suas classificações de mensuração. Segue a tabela 5 elaborada com títulos de dívida pública e privada (LTN, NTN, LFT e Debêntures):

Tabela 5 - Publicações de títulos de dívida pública e privada

Seguradora	DVJ	DPV	MAV	Total
Bradesco Seguros	90.618.024	19.785.124	27.404.997	137.808.145
Brasilprev	161.136	96.857.868	9.929.515	106.948.519
Itaú Seguros	71.149.793	2.452.618	3.607.416	77.209.827
BB Mapfre	1.271.795	1.212.874	1.628.669	4.113.338
Caixa Seguros	9.083	96.428	64.140	169.651
TOTAL	163.209.831	120.404.912	42.634.737	326.249.480

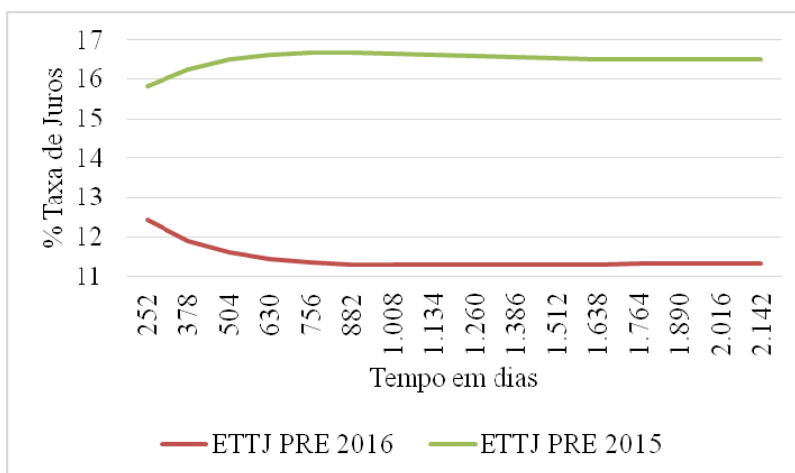
Foram coletadas as demonstrações financeiras e notas explicativas das seguradoras listadas na BM&FBovespa, juntamente com as normas divulgadas pela Susep, pelo Bacen, pela CVM, pelo CPC e pelo IASB. No caso do IASB, a recente norma publicada em 24 de julho de 2014, com o início de vigência em 01 de janeiro de 2015, porém, só tendo sua obrigatoriedade em 01 de janeiro de 2018.

Como a obrigatoriedade de utilizar os critérios de classificação da nova norma será para 1 de janeiro de 2018, foi empregada a estimativa com estrutura a termo de taxa de juros divulgada pela Anbima e utilizada pela Susep, visando aos

cálculos de solvência sobre as obrigações da seguradora (Neves, Melo, Franklin Jr. & Duarte, 2011), demonstrando a curva de juros, segundo gráfico adiante. Para viabilizar a projeção, foram empenhadas as perspectivas futuras da taxa de juros do país, estimadas em 31 de dezembro de 2015, e a divulgação de 30 de setembro de 2016, para aferir o impacto nas seguradoras, em decorrência de mudança das normas.

Segue a comparação entre as estimativas divulgadas ao mercado para estipular suas obrigações e averiguar o poder de cobertura dos ativos financeiros (TVM), com as obrigações pelo fluxo de caixa:

Gráfico 1 – Curva de taxa de juros estimadas - ETTJ



Nota. Fonte: Adaptado de “Modelo de interpolação e extrapolação da ETTJ”, de Superintendência de Seguros Privados, (2015), Recuperado de <http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coris/dicem/modelo-de-interpolacao-e-extrapolacao-da-ettj>; “Modelo de interpolação e extrapolação da ETTJ”, de Superintendência de Seguros Privados, (2016), Recuperado de <http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coris/dicem/modelo-de-interpolacao-e-extrapolacao-da-ettj>

Observa-se que a estimativa do fechamento de 2015 estava com uma redução de crédito ao mercado, devido à crise política brasileira. Contudo, no ano de 2016, apresentou prospecção de recuperação de crédito, como demonstra a curva da ETTJ 2016.

3.2 – Reclassificação em 2015

As notas explicativas publicadas pelas seguradoras apresentam os detalhes das classificações adotadas no momento da compra dos títulos de valores mobiliários que possuem em carteiras e suas intenções, adotando, dessa forma, o critério de classificação do instrumento financeiro. No caso dos títulos mantidos até o vencimento, a regra do IAS39, não prescreve o critério do MtM na demonstração financeira. Contudo, na nota explicativa do fechamento de

2015, as seguradoras estudadas apresentaram o impacto que ocorreria.

Como critério de análise, foi utilizada a marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento para poder calcular o impacto, obtido através do método de análise horizontal sobre a conta de aplicação financeira, para alcançar o resultado do impacto sobre a reclassificação.

Para validação de dados estatísticos enviados para a Susep mensalmente a curva de tolerância está entre -1% e 1%, que será a margem de impacto na rentabilidade na conta de aplicações financeiras.

Na tabela 6, em seguida, demonstra-se o impacto real com base nas notas explicativas publicadas em 2015:

Tabela 6 - Impacto de reclassificação 2015

Seguradora	2015	Reclassificada	%
Bradesco Seguros	137.864.188	137.803.556	-0,04%
Brasilprev	106.948.519	107.744.249	0,74%
Itaú Seguros	77.209.827	77.500.622	0,38%
BB Mapfre	4.113.338	4.000.456	-2,74%
Caixa Seguros	169.651	165.822	-2,26%
Total	326.305.523	327.214.705	0,28%

Segundo a tabela 6, as cinco maiores seguradoras brasileiras apresentam diferentes gerenciamentos de riscos em sua carteira. Verifica-se que as três primeiras classificadas no ranking não terão um impacto relevante, porém as duas últimas terão impacto relevante conforme a margem estabelecida. Todavia, ao analisar o mercado segurador utilizando as cinco maiores, o impacto na rentabilidade do mercado seria positiva, em 0,28%.

Na tabela 6, foram colocados os TVM's de modo que a conta de aplicações financeiras apresentasse todas as classificações de forma sintética. Em razão disso, foi elaborada uma tabela com a classificação de mantidos até o vencimento para demonstrar o impacto de forma analítica; isto é, somente para os títulos mantidos até o vencimento mensurados no IAS39 pelo custo amortizado. A tabela 7, adiante, demonstra esse efeito:

Tabela 7 - Reclassificação dos títulos mantidos até o vencimento em 2015

Seguradora	2015	Reclassificada	%
Bradesco Seguros	27.404.997	27.344.365	-0,22%
Brasilprev	9.929.515	10.725.245	8,01%
Itaú Seguros	3.607.416	3.898.211	8,06%
BB Mapfre	1.628.669	1.515.787	-6,93%
Caixa Seguros	64.140	60.311	-5,97%
Total	42.634.737	43.543.919	2,13%

Com a elaboração da base analítica da conta de aplicação financeira, consegue-se analisar o efeito real dos instrumentos financeiros reclassificados devido à norma do IFRS9. Algumas seguradoras apresentaram efeitos negativos relevantes, e outras, positivos, mas também relevantes. A única seguradora que conseguiu se destacar em razão de seu gerenciamento de risco é a Bradesco Seguros, estando com sua base percentual de variação baixa, entre 1% a -1%.

3.3 – Estimativa de rendimento

Com vistas a estudar os impactos que a mudança da norma poderá causar nas seguradoras, em decorrência do uso de

Instrumentos financeiros, foi calculada uma perspectiva de capitalização para as duas normas (IAS39 e IFRS9). Os cálculos executados englobam uma perspectiva na classificação atual e na futura, a comparação entre elas e a análise de possíveis diferenças nas classificações.

Para isso, foram utilizadas as perspectivas futuras da taxa de juros publicada pela Anbima, pelo ETTJ, pois essa é a taxa vinculada à Susep para calcular a estimativa das obrigações. Isso para obter o status de cobertura dos ativos financeiros, que interfere sobre a taxa de juros do mercado nos instrumentos financeiros, e através dela, obter a marcação a mercado que seria utilizada para o IAS 39 e o IFRS 9. Segue a estruturação de termo de taxa de juros na tabela 8 - abaixo:

Tabela 8 - Estruturação de Termo de Taxa de Juros – ETTJ

Dias	ETTJ IPCA 2015	ETTJ IPCA 2016	ETTJ PRE 2015	ETTJ PRE 2016
252	7,212	6,6442	16,4871	11,3638

Nota. Fonte: Adaptado de "Modelo de interpolação e extrapolação da ETTJ", de Superintendência de Seguros Privados, (2015), Recuperado de <http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coris/dicem/modelo-de-interpolacao-e-extrapolacao-da-ettj>; "Modelo de interpolação e extrapolação da ETTJ", de Superintendência de Seguros Privados, (2016), Recuperado de <http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coris/dicem/modelo-de-interpolacao-e-extrapolacao-da-ettj>

Ao analisar a demonstração financeira dos instrumentos financeiros, é possível comparar a variação quanto à adoção da nova norma, ou seja, o IAS39 x IFRS9. Para isso, foi calculada a rentabilidade dos instrumentos financeiros em ambas as normas, ressaltando, assim, a transparência que a IFRS9 pode trazer ao investidor.

Segue na tabela 9 a base do IAS39 contra o IFRS9, mostrando a transparência do que é estar com os títulos sempre representando o valor justo, segundo a IFRS9:

Tabela 9 - IAS39 x IFRS9

Seguradora	IAS39	IFRS9	%
Bradesco Seguros	196.907.947	213.190.870	8,27%
Brasilprev	147.679.831	151.860.032	2,83%
Itaú Seguros	112.446.085	114.900.011	2,18%
BB Mapfre	5.402.514	6.437.295	19,15%
Caixa Seguros	186.737	208.593	11,70%
Total	462.623.114	486.596.801	5,18%

Observa-se a grande diferença entre as normas, pois o nível de rentabilidade dos instrumentos financeiros muda de forma significativa. Apesar de o estudo ter sido feito por estimativa, é possível verificar a diferença para visualizar o usuário externo.

Um dos grandes fatores a ser observado entre as tabelas 12 e 13 é a alteração no ajuste a valor de mercado (MtM) e os valores demonstrados sobre o custo amortizado, que apresentaram a grande diferença sobre as classificações.

4 – Conclusão

O objetivo do estudo foi demonstrar o impacto da reclassificação dos instrumentos financeiros nas cinco maiores seguradoras do Brasil e demonstrou que o mercado segurador, através de uma média ponderada de rentabilidade de 0,28%, porém se pode destacar que se pode ter individualmente rentabilidades positivas e negativas.

Na tabela 10 as contas anunciadas acima estão grifadas de amarelo para identificar o impacto causado devido à reclassificação.

Tabela 10 - Balanço Patrimonial Consolidado Bradesco Seguros em 31 de dezembro de 2015 – Publicado e Ajustado

ATIVO	Publicado	Reclassificado	PASSIVO	Publicado	Reclassificado
CIRCULANTE	150.432.025	150.432.025	CIRCULANTE	30.184.561	30.184.561
Disponível	146.637	146.637	Contas a pagar*	7.743.021	7.743.021
Caixa e bancos	110.379	110.379	Obrigações a pagar	6.166.608	6.166.608
Equivalência de caixa	36.258	36.258	Impostos e encargos sociais a recolher	323.267	323.267
Aplicações	143.598.301	143.598.301	Encargos trabalhistas	55.279	55.279
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.439.932	3.439.932	Impostos e contribuições	1.197.446	1.197.446
Prêmios a receber	3.346.944	3.346.944	Outras contas a pagar	421	421
Operações com seguradoras	11.218	11.218	Débitos de operações com seguros e resseguros	534.309	534.309
Operações com resseguradoras	81.770	81.770	Prêmios a restituir	7.746	7.746
Outros créditos operacionais	275.200	275.200	Operações com seguradoras	28.395	28.395
Ativos de resseguro - provisões técnicas	917.076	917.076	Operações com resseguradoras	182.974	182.974
Títulos e créditos a receber	681.577	681.577	Corretores de seguros e resseguros	219.452	219.452
Títulos e créditos a receber	64.941	64.941	Outros débitos operacionais	95.742	95.742
Créditos tributários e previdenciários	603.475	603.475	Débitos de operações com capitalização	199	199
Outros créditos	13.161	13.161	Débitos operacionais	199	199
Outros valores e bens	94.136	94.136	Depósito de terceiros	335.861	335.861
Bens à venda	72.769	72.769	Provisões técnicas - seguros	13.202.924	13.202.924
Outros valores	21.367	21.367	Danos	4.948.879	4.948.879
Despesas antecipadas	94.128	94.128	Pessoas	1.379.269	1.379.269
Custos de aquisição diferidos	1.185.038	1.185.038	Vida Individual	2.042.409	2.042.409
Seguros	1.185.038	1.185.038	Saúde	4.653.357	4.653.357
ATIVOS NÃO CIRCULANTE	51.831.801	51.771.169	Vida com cobertura de sobrevivência	179.010	179.010
RELIZÁVEL A LONGO PRAZO	49.484.055	49.423.423	Provisões técnicas - previdência complementar	1.473.164	1.473.164
Aplicações	44.050.361	43.989.729	Planos não bloqueados	1.309.136	1.309.136
Créditos das operações com seguros e resseguros	186	186	PGBL/PRGP	164.028	164.028
Operações com seguradoras	186	186	Provisões técnicas - capitalização	6.893.483	6.893.483
Outros créditos operacionais	295	295	Provisões para resgates	6.744.431	6.744.431
Ativos de resseguro - provisões técnicas	145.660	145.660	Provisões para sorteios	59.203	59.203
Títulos e créditos a receber	4.523.763	4.463.131	Outros provisões	89.849	89.849
Títulos e créditos a receber	650	650	Outros débitos	1.600	1.600
Créditos tributários e previdenciários	2.226.122	2.226.122	Débitos diversos	1.600	1.600
Depósitos judiciais e fiscais	2.273.269	2.273.269	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	159.342.058	159.342.058
Outros créditos a receber	23.722	23.722	Contas a pagar	70.384	70.384
Ajuste de aplicação financeira	(60.632)	(60.632)	Contas a pagar	28.395	28.395
Despesas antecipadas	3.590	3.590	Outras contas a pagar	41.989	41.989
Custos de aquisição diferidos	760.200	760.200	Provisões técnicas - seguros	114.011.884	114.011.884
Seguros	760.200	760.200	Danos	1.340.472	1.340.472
INVESTIMENTOS	671.270	671.270	Pessoas	2.168.257	2.168.257
Participações societárias	658.949	658.949	Vida Individual	2.046.491	2.046.491
Imóveis destinados à venda	-	-	Saúde	2.387.078	2.387.078
Outros investimentos	12.321	12.321	Vida com cobertura de sobrevivência	106.069.586	106.069.586
IMOBILIZADO	221.065	221.065	Provisões técnicas - previdência complementar	42.253.434	42.253.434
Imóveis de uso próprio	-	-	Planos não bloqueados	17.572.959	17.572.959
Bens móveis	132.210	132.210	PGBL/PRGP	24.680.475	24.680.475
Outras imobilizações	88.855	88.855	Outros débitos	3.006.356	3.006.356
INTANGÍVEL	1.455.411	1.455.411	Provisões judiciais	2.994.889	2.994.889
Outros intangíveis	1.455.411	1.455.411	Outros débitos	11.467	11.467
TOTAL DO ATIVO	202.263.826	202.203.194	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.737.207	12.676.575
			Aos acionistas da controladora	12.425.273	12.364.641
			Capital social	7.050.000	7.050.000
			Aumento de capital em aprovação	175.000	175.000
			Reserva de capital	(308.044)	(308.044)
			Reserva de lucros	6.275.235	6.275.235
			Ajustes de avaliação patrimonial	(750.000)	(810.632)
			(-) Ações em tesouraria	(16.918)	(16.918)
			PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS	311.934	311.934
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	202.263.826	202.203.194

No estudo, verificou-se que somente cinco seguradoras tiveram maior participação no mercado, tendo alcançado, juntas, mais de 50% do ramo de seguros no Brasil. Cada uma apresentou diferentes situações, algumas obtendo rentabilidade positiva, outras, negativas. Assim, foram mostrados os diferentes gerenciamentos de riscos com seus instrumentos financeiros.

As cinco maiores seguradoras também foram apresentadas na segunda etapa, quando foi estimado o diferente efeito da demonstração contábil para os instrumentos financeiros utilizando a IAS39 e a IFRS9, para, de forma estimada, dar clareza sobre o que pode acontecer quanto ao tratamento dos instrumentos financeiros; e de certa forma, trazer o fator da comparabilidade entre as contas de aplicações financeiras.

Com o cálculo da estimativa nas duas normas deu para verificar o aumento bem relevante quanto ao custo amortizado e o ajuste de MtM, junto ao mesmo verificou-se o impacto da mudança da norma e deu para verificar a diferença relevante entre a demonstração através da norma do IAS39 e a demonstração

através do IFRS9, aonde o mercado tem uma demonstração de 5,18% maior que a apresentada pelo IAS39.

A Susep tem feito estudos para conseguir se harmonizar com a base do IFRS e do CPC. E apesar de esse ainda não ter publicado alteração no CPC38, a Susep precisará se adaptar no ramo de seguros. Como já ressaltado pela Susep, existe uma análise sobre os riscos da seguradora e a verificação sobre a solvência para cumprir suas obrigações.

Os grupos de contas que sofrerão impacto com a reclassificação são a de “Ajuste de aplicação financeira” (Ativo) e a conta de “Ajustes de avaliação patrimonial” (Patrimônio Líquido), que será demonstrado na tabela 15 com o balanço patrimonial consolidado publicado pela Bradesco Seguros. Apesar de a obrigatoriedade estar prevista somente para 01 de janeiro de 2018, muitas instituições financeiras, seguradoras ou até mesmo companhias de capital aberto, com investimento no exterior, já estão se preparando para se adequar às normas, como visto na nota explicativa 2.2 do Banco Itaú (2015).

Referências

- Bischof, J., & Ebert, M. (2009). IFRS 7 Disclosures and Risk Perception of Financial Instruments. *Forthcoming in: Schmalenbach Business Review* (sbr). Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers2.cfm?abstract_id=1506966
- Banco Itaú S.A.. (2016). Nota explicativa 2.2. recuperado de https://www.italu.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Itau_RAC_2015_port.pdf?title=Relat%C3%B3rio%20Anual%20Consolidado%20-%202015.
- Castiglione, L. (2016). *Ranking das seguradoras – Jan a Nov 2015. Sindsegs – Sindicato das Empresas Seguradoras, Resseguradoras e Capitalização*. Recuperado de <http://www.sindsegs.org.br/site/content/files/estudos-economicos/635884694507479783.pdf>
- Circular SUSEP n. 224, de 13 de dezembro de 2002*. Dispõe sobre a vigência do Plano de Contas das Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Resolução CNSP nº 86, de 19 de agosto de 2002, e revoga as Circulares SUSEP nº 131, de 8 de junho de 2000; nº 133, de 15 de junho de 2000; nº 142, de 1 de novembro de 2000; nº 150, de 29 de janeiro de 2001; nº 155, de 20 de abril de 2001; nº 192, de 26 de junho de 2002; e nº 204, de 10 de outubro de 2002. Recuperado de <http://www2.susep.gov.br/biblioteca/web/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=12282>.
- Circular SUSEP n. 483, de 1 de abril de 2014*. Principais mudanças na norma contábil, recuperado de <http://www.susep.gov.br/setores-susep/noticias/Apresentacao%20-%20Normas%202014%20-%20contabilidade%20-Somente%20leitura.pdf>
- Circular Bacen n. 3.068 de 8 de novembro de 2001*. Estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Recuperado de http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2001/pdf/circ_3068_v3_L.pdf
- Comissão de valores mobiliários – CVM, (1976), sobre a CVM. Recuperado de http://www.cvm.gov.br/menu/aceso_informacao/institucional/sobre/cvm.html.
- Comunicado n. 14.259, de 10 de março de 2006*. Estabelece a convergência das normas de contabilidade e auditoria com as normas internacionais promulgadas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Recuperado de <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=106064950>.
- Ernst & Young, & Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais E Financeiras. (2010). *Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras* (2a ed. atual. Conforme pronunciamentos emitidos até novembro de 2009 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)). São Paulo: Atlas.
- Estruturas a Termo das Taxas de Juros – ETTJ (2016), Estimativa de taxa de juros para projeção futura, recuperado de <http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coris/dicem/modelo-de-interpolacao-e-extrapolacao-da-ettj>.
- Fuji, A. H. (2008). Contabilização de títulos e valores mobiliários: Uma comparação entre as normas brasileiras, do FASB e do IASB. *Revista de Contabilidade e Finanças – USP*, 19(47), 112–123.
- Henry, E. (2009). Early adoption of SFAS nº 159: Lessons from games (Almost) played. *American Accounting Association*, 23(20), 181–199.
- IAS 39, de 1 de janeiro de 2011*. Financial instruments: Recognition and measurements. Recuperado de <http://www.ifs.org/current-projects/iasb-projects/financial-instruments-a-replacement-of-ias-39-financial-instruments-recognition/Pages/financial-instruments-replacement-of-ias-39.aspx>

- IFRS 9, de julho 2014.* Financial instruments: Recognition and measurements. Recuperado de <http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Financial-Instruments-A-Replacement-of-IAS-39-Financial-Instruments-Recognition/Documents/IFRS-9-Project-Summary-July-2014.pdf>
- Instrução CVM n. 235 de 23 de março de 1995.* Dispõe sobre a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações financeiras das companhias abertas e dá outras providências. Recuperado de <http://www.cvm.gov.br/legislacao/inst/inst235.html>
- Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976.* Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6385.htm
- Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.* Dispõe sobre a Sociedade por Ações. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm
- Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007.* Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e de Lei n. 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm
- Mattos, A. O., Filho, (1985) O conceito de valor mobiliário. *Revista de Administração de Empresas*, 25(2), 37-51.
- Pronunciamento técnico CPC-38, de 02 de outubro de 2009.* Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Recuperado de http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/406_CPC_38_rev%2006.pdf
- Saraiva, H. I. B., Alves, M. C. G., & Gabriel, V. M. S. (2015). As raízes do processo formal de harmonização contábilística, a sua evolução e influência em Portugal. *De Computis - Revista Española de Historia de la Contabilidad*, 12(22), 172-204.
- Statement of Financial Accounting Standards SFAS n. 107, December 1991.* Disclosures about fair value of financial instruments. Recuperado de http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220123701&acceptedDisclaimer=true
- Statement of Financial Accounting Standards SFAS n. 115, May 1993.* Accounting for certain investments in debt and equity securities. Recuperado de http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220123971&acceptedDisclaimer=true
- Statement of Financial Accounting Standards n. 133, June 1998.* Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities. Recuperado de http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220124631&acceptedDisclaimer=true
- Statement of Financial Accounting Standards n. 159, February 2007.* The fair value option for financial assets and financial liabilities. Recuperado de http://www.fasb.org/pdf/aop_FAS159.pdf

Abstract

The aim of this research was to identify and analyse the possible effects in security companies' financial statements that operate in Brazil, because of the issuing of IFRS9, that alters the classification of financial instruments and their measurement criteria. It was selected the five biggest security companies concerning their operating and financial assets that aim to be a guarantee for the fulfilling of their obligations, including the classification held to maturity, measured by amortized cost. Based in their financial statements, it was made the reclassification of the held to maturity securities, previously measured by amortized cost, without the fair value marking. In second place, it was made an estimation after the reclassification, to analyze the differences between IAS39 and IFRS9 classifications. After that, it was possible to verify the impact in financial instruments accounts upon reclassification and subsequently, through an estimation carried out by the change in ETTJ interest rate, extracted from Susep. In this sense, their differences were demonstrated, due to the market to market and the interest rate variation. The market output was that the fair value measurement could give more transparency, when compared to what is happening in the market nowadays.

Keywords: *IFRS; Financial instruments; Classification; Measurement; Fair Value; Amortized cost.*

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista Santa Rita tem por finalidade publicar artigos acadêmicos de seus professores, alunos e outros colaboradores no intuito de difundir o conhecimento, promover a integração acadêmica e estabelecer um espaço no qual o acadêmico possa manifestar o resultado de sua produção intelectual e profissional. A Revista Santa Rita é publicada semestralmente e difundida interna e externamente. Os textos enviados serão submetidos ao Corpo Editorial, que dispõe de plena autoridade sobre a conveniência da publicação e poderá decidir pela aceitação ou não do trabalho, bem como eventualmente sugerir alterações de estrutura ou conteúdo ao(s) autor(es). As ideias e conceitos serão de exclusiva responsabilidade de seus autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da revista. Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço eletrônico: revista@santarita.br, gravados em formato.doc e acompanhados por uma autorização de publicação em separado que deverá ser ratificada após a aceitação do trabalho. O envio dos trabalhos implica na cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista. O(s) autor(es) continua(m) a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores do artigo, devendo, se possível, fazer constar a referência à publicação na revista. Os créditos dos autores deverão ser apresentados abaixo do título do trabalho, contendo: nome do(s) autor(es), nome da instituição de origem, titulação e profissão. Os textos deverão ser regidos de acordo com as normas da ABNT, digitados em fonte Calibri 11, com espaçamento simples, justificado. As margens devem ser: superior 3cm; inferior 2cm; esquerda 3cm; direita 2cm. As notas explicativas devem ser apresentadas no final do texto. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas e toda a revisão ortográfica são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

O artigo deverá ser estruturado da seguinte forma: título, créditos, resumo com três a cinco palavras-chave (e os seus correspondentes em outra língua - inglês, francês, espanhol ou alemão) sendo que o texto poderá ter a seguinte estrutura: introdução (temática, justificativa, objetivos e metodologia), argumentação teórica, resultados, considerações finais, referências bibliográficas e notas. As citações com mais de 3 linhas, devem aparecer em parágrafo recuado, com espaço simples e fonte 9, seguidas de parêntese contendo o sobrenome do autor do referido texto em letras maiúsculas, ano de publicação e página do texto citado; as com menos de 3 linhas devem ser incorporadas ao texto, entre aspas. Os artigos devem ter no mínimo 2.500 e no máximo 25.000 palavras, e as resenhas, no máximo 1.000 palavras. O resumo deve ter no máximo 250 palavras. As ilustrações devem seguir o padrão geral do texto, sendo identificadas com título, legenda e referência. As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023).

O Corpo Editorial não se obriga a publicar, em qualquer momento, toda e qualquer colaboração que lhe for remetida. Os textos que não estiverem de acordo com as Normas Editoriais serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações. Os trabalhos recusados serão devolvidos aos autores desde que requeridos.